



**“ANÁLISE E MAPEAMENTO DOS TIPOS DE ASSENTAMENTOS NO
BRASIL: COMPREENDER A DIVERSIDADE E A ATUALIDADE DA REFORMA
AGRÁRIA BRASILEIRA: ESTUDO DOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO CENTRO-
SUL”**

RELATÓRIO FINAL



Processo 07/52517-6

Orientando: Herivelto Fernandes Rocha

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente, Junho de 2008.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. RESUMO DO PLANO INICIAL	3
1.1. OBJETIVOS GERIAIS	3
1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	3
1.3. PLANO DE ATIVIDADES DETALHADO	3
1.4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	4
2. AVANÇOS EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO PARCIAL	4
3. METODOLOGIA DATA LUTA ASSENTAMENTOS	6
3.1 ANO DE ORIGEM	6
3.2 CAPACIDADE DE FAMÍLIAS	8
3.3 TIPOLOGIA DE ASSENTAMENTOS	9
4. RELAÇÃO E TERRITORIALIDADE DOS TIPOS DE ASSENTAMENTOS DA REGIÃO CENTRO-SUL.	11
5. A ATUALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: NOVAS CONFLITUALIDADES E SOBERANIA ALIMENTAR	16
6. DE SARNEY A LULA: A LUTA PELA TERRA, A REFORMA AGRÁRIA E DIVERSIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS.	20
6.1 GOVERNO JOSÉ RIBAMAR DE ARAÚJO COSTA (SARNEY)	20
6.2 GOVERNOS DE FERNANDO COLLOR DE MELLO E ITAMAR FRANCO.	21
6.3 GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	22
6.4 GOVERNO LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA	25
6.5 A DIVERSIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	28
7. REFORMA AGRÁRIA X REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO: TERRITORIALIZAÇÃO DESTAS DUAS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO CENTRO-SUL.	33
8. DISTRIBUIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NA REGIÃO CENTRO-SUL.	40

8.1 DISTRIBUIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS TIPOS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NA REGIÃO CENTRO-SUL.	42
9. DETALHAMENTO DO PROGRESSO REALIZADO	53
10. PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA PARA A ETAPA SEGUINTE	54
11. ATIVIDADES RELACIONADAS À PESQUISA	56
11.1. REUNIÕES E COLÓQUIOS.	56
11.2. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	59
11.3. TRABALHOS APRESENTADOS EM EVENTOS	60
11.4. PREMIAÇÕES	60
11.5 PUBLICAÇÕES DE RESUMOS	60
11.6 LEITURAS REALIZADAS	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
BIBLIOGRAFIA	66
ÍNDICE GRÁFICOS	
GRÁFICO 1 – BRASIL – NÚMERO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: ANOS DE CRIAÇÃO E OBTENÇÃO - 1985-2006	8
GRÁFICO 2 – CENTRO-SUL – REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NOS GOVERNOS - FHC (1999-2002) E LULA (2003-2006)	39
GRÁFICO 3 – CENTRO-SUL – REFORMA AGRÁRIA NOS GOVERNOS - FHC (1999-2002) E LULA (2003-2006)	40
ÍNDICE DE TABELAS	
TABELA 1 – BRASIL – GOVERNO SARNEY - A LUTA PELA TERRA	21
TABELA 2 – BRASIL – GOVERNO SARNEY - IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS	21
TABELA 3 – BRASIL – A LUTA PELA NOS GOVERNOS COLLOR E ITAMAR	22
TABELA 4 – BRASIL – A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NOS GOVERNOS COLLOR E ITAMAR	22
TABELA 5 – A LUTA PELA TERRA NOS GOVERNOS FHC	24
TABELA 6 – BRASIL – A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NOS GOVERNOS FHC	24
TABELA 7 – BRASIL – A LUTA PELA TERRA NO GOVERNO LULA	27
TABELA 8 – BRASIL – A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NOS GOVERNO LULA	27
TABELA 9 – BRASIL – A LUTA PELA TERRA NOS GOVERNOS BRASILEIROS - 1985-2006	27
TABELA 10 – BRASIL – A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NOS GOVERNOS	28

BRASILEIROS 1985-2006

TABELA 11 – BRASIL – TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RA – GOVERNO SARNEY	30
TABELA 12 – BRASIL – TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RA – GOVERNO COLLOR E ITAMAR	31
TABELA 13 – BRASIL – TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RA – GOVERNO FHC	31
TABELA 14 – BRASIL – TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RA – GOVERNO LULA	32
TABELA 15 – BRASIL – TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RAM – GOVERNO FHC	33
TABELA 16 – BRASIL – A TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RAM– GOVERNO LULA	33
TABELA 17 – CENTRO-SUL – MÉDIA DE FAMÍLIAS POR ASSENTAMENTO – 1999-2006	36
TABELA 18 – CENTRO-SUL – MÉDIA DE ÁREA POR FAMÍLIAS ASSENTADAS – 1999-2006	38
TABELA 19 – CENTRO-SUL – TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS - RAM 1999- 2006	41

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - TIPOLOGIA DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE RA.	10
QUADRO 2 - TIPOLOGIA DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE RAM.	10
QUADRO 3 - RELAÇÃO E TERRITORIALIDADE DOS TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS – RA	11
QUADRO 4 - RELAÇÃO E TERRITORIALIDADE DOS TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS – RAM	15

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1 - CENTROSUL- GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – RAM x RA – 1999-2006 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS	34
MAPA 2 - CENTROSUL- GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – RAM x RA – 1999-2006- FAMÍLIAS ASSENTADAS	35
MAPA 3- CENTROSUL- GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – RAM x RA – 1999-2006 - ÁREA DOS ASSENTAMENTOS	37
MAPA 4- CENTROSUL- GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – RAM – 1969-2006. MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS	42
MAPA 5- CENTROSUL- TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – RAM – 1969 – 2006 – MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS – PCT	43
MAPA 6- CENTROSUL- TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – RAM – 1969 – 2006 – MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS BT	45
MAPA 7- CENTROSUL- TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – RAM – 1969 – 2006 – MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS – CAF	46
MAPA 8- CENTROSUL- TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – RAM – 1969 – 2006 – MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS – CF	47
MAPA 9- CENTROSUL- TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – RAM – 1969 – 2006 – MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS – CPR	48

MAPA 10- CENTRO-SUL –TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – 1969 – 2006 – MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS – NPT/CAF	50
MAPA 11- CENTRO-SUL –TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – 1969 – 2006 – MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS – NPT/CPR	52

Introdução

Este relatório refere-se ao período de fevereiro/2008 a junho/2008. Demonstraremos as análises dos dados referentes à tipologia de assentamentos rurais na região Centro-Sul de 1969 a 2006, com a finalidade de compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira. Estamos definindo como região Centro-Sul a reunião das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul de acordo com a definição do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nosso objetivo ao reunir as três regiões para formar a região que definimos de Centro-Sul do Brasil tem como argumento forte o fato das regiões Nordeste e Norte destoarem bastante do que denominamos Centro-Sul, no que se refere ao desenvolvimento da agricultura e da questão agrária.

Objetivamos neste período executar as atividades propostas no plano de atividades: leitura da bibliografia básica referente ao tema; pesquisa bibliográfica e documental a respeito da tipologia de assentamentos; levantamento permanente dos dados dos tipos de assentamentos no DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra; exportar os dados para o programa *Philcarto* para elaboração de mapas da distribuição espacial dos assentamentos para serem utilizados na leitura e debate a respeito da diversidade da reforma agrária; elaborar tabelas, quadros e gráficos para compor os textos sobre a tipologia dos assentamentos; participação de reuniões de orientação com o professor orientador e de colóquios do NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária; publicação dos resultados em revistas especializadas e apresentação dos resultados em eventos científicos.

Na primeira parte, apresentamos o resumo do plano inicial, com os objetivos gerais, os objetivos específicos, o plano de atividades inicial detalhado, cronograma de execução, o plano de atividades para o semestre final e seu cronograma de execução. Na segunda, relatamos resumidamente os avanços em relação ao relatório parcial e as atividades que foram realizadas nesse primeiro semestre, tanto na parte de leitura e reflexão, quanto na parte de execução do projeto.

Na terceira parte, apresentamos a metodologia DATALUTA, categoria assentamentos, acrescida da metodologia sobre a RAM - Reforma Agrária de Mercado, que teve sua pesquisa aprofundada no período referente a este relatório. Na quarta parte, apresentamos a atualização da tabela com a relação da territorialidade dos assentamentos rurais no Brasil. Por meio da pesquisa documental conseguimos incorporar maior quantidade de informações sobre os tipos de assentamentos. Nessa etapa atualizamos os dados referentes aos assentamentos RAM.

Na quinta parte, fazemos uma discussão em torno da atualidade da reforma agrária, das novas conflitualidades e da soberania alimentar. Utilizando como base teórica, a concepção de vários autores, do meio científico, de entidades envolvidas e do governo. Na sexta parte apresentamos uma discussão, com base em CARVALHO (2005), FERNANDES (1999, 2008), GARCIA (1973), GOLDFARB (2007), INCRA (2007), MARTINS (2000), PEREIRA (2005), a respeito da luta pela terra, da implantação e da diversidade dos assentamentos brasileiros entre 1985-2006, período que compreende os governos: Sarney (1985-2006), Collor e Itamar (1990-1994), FHC (1995-2002) e Lula (2003-2006).

Na sétima parte apresentamos uma discussão a respeito da territorialização da RAM e a Reforma Agrária – RA entre 1999 e 2006. Essa escala temporal foi adotada pelo fato de os primeiros registros referentes a assentamentos RAM imputam ao ano de 1998, o último ano do primeiro mandato de FHC. Desse modo, para efeito dessa análise optamos por tomar como ponto de partida os mandatos completos. Apresentamos através de gráficos, mapas, e tabelas a territorialização, destes modelos na escala temporal mencionada acima. Abordamos além do número de assentamentos, o número de famílias e a área destinada aos assentamentos RA e RAM na região Centro-Sul.

Na oitava parte por meio de tabela e mapas, apresentamos a localização e a territorialização dos tipos de assentamentos RAM, na região Centro-Sul. Além de informações sobre a territorialidade de cada tipo de assentamento, estamos pesquisando para conseguir mais informações sobre a legislação de alguns tipos e modalidades de assentamentos RAM.

Na nona parte apresentamos de forma detalhada os progressos realizados até o momento da realização da pesquisa. Além dos avanços no que tange à organização e sistematização dos dados sobre os tipos de assentamentos da região Centro-Sul, também serão relatados os progressos que têm sido observados no campo intelectual por parte do bolsista e do grupo de pesquisas no qual ele está inserido.

Na décima parte apresentamos o plano de atividades e o cronograma de trabalho que pretendemos realizar com a renovação do projeto. Por fim, na décima primeira parte, abordamos o andamento das atividades relacionadas à pesquisa. Aqui serão comentados os colóquios, as reuniões com o orientador e a participação em eventos científicos.

1. Resumo do plano inicial

1.1 Objetivos gerais

A partir da análise de dados do DATALUTA, estudar as formas de organização dos territórios dos assentamentos, sua distribuição geográfica para possibilitarmos o debate a respeito da diversidade e da atualidade da reforma agrária.

1.2 Objetivos específicos

- Organizar os dados de assentamentos do DATALUTA para analisar a tipologia dos assentamentos;
- Atualização dos dados sobre a relação e a territorialidade dos assentamentos rurais no Brasil.
- Elaboração de mapas, tabelas e gráficos.
- Estudar a bibliografia de referencia para melhor compreender a diversidade da Reforma Agrária brasileira e a conflitualidade existente nas suas diversas formas.
- Estudar os resultados do projeto para aprofundar o debate a respeito do conceito de Reforma Agrária.
- Publicar os resultados em revistas especializadas;
- Apresentar os resultados em eventos científicos

1.3 Plano de atividades detalhado

1. Leitura da bibliografia básica referente ao tema, pesquisa documental e bibliográfica a respeito da tipologia de assentamentos;
2. Levantamento permanente dos dados dos tipos de assentamentos no DATALUTA;
3. Organização destes dados para facilitar o manejo das informações no programa Excel;
4. Exportação dos dados para o programa Philcarto para elaboração de mapas da distribuição espacial dos assentamentos para serem utilizados na leitura e debate a respeito da diversidade da reforma agrária;
5. Elaborar tabelas e gráficos para compor os textos sobre a tipologia dos assentamentos;
6. Participar de reuniões de orientação com o professor orientador;
7. Participar de colóquios do NERA;
8. Publicar os resultados em revistas especializadas;

9. Apresentar os resultados em eventos científicos;
10. Elaborar relatório parcial;
11. Elaborar relatório final.

1.4 Cronograma de execução

ATIVIDADES	TRIM. 1	TRIM. 2	TRIM. 3	TRIM. 4
1	X	X	X	X
2	X	X	X	X
3		X	X	X
4		X	X	
5		X	X	
6	X	X	X	X
7	X	X	X	X
8		X		X
9		X		X
10		X		
11				X

2. Avanços em relação ao relatório parcial.

- Atualização e aprofundamento dos estudos referentes à metodologia DATALUTA, categoria assentamentos. Através do levantamento permanente dos dados de assentamentos rurais, avançamos em relação à metodologia dos assentamentos RAM e em relação ao ano de origem dos assentamentos RA - Reforma Agrária. Com relação aos assentamentos RAM definimos uma metodologia para análise que está apresentada neste relatório. Com relação aos assentamentos RA realizamos um amplo debate a respeito do ano de origem. Analisamos os 7.849 assentamentos e descobrimos que de acordo com a fonte (governo federal ou governo estadual) temos datas de criação com anos diferentes. Um exemplo é o assentamento Gleba XV de Novembro localizado nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista. O Instituto de Terras do Estado de São Paulo registrou sua data de criação em 1984. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária registrou sua data de criação em 1999. Será necessária uma nova conferência para analisar as fontes e procurar conhecer as discrepâncias referentes às datas de criação.
- Atualização dos quadros de RAM e RA, referentes à territorialidade dos tipos de assentamentos.
- Elaboração do capítulo sobre a atualidade da Reforma Agrária brasileira.

- Avanços nos estudos referentes à implantação de assentamentos nos governos brasileiros, em relação aos trabalhos elaborados no período anterior, relatório parcial. Este estudo será publicado em um livro, sobre o DATALUTA, a ser lançado no segundo semestre de 2008.
- Elaboração do capítulo que analisou os resultados dos dois modelos de Reforma Agrária, RAM e RA, na região Centro-Sul. Neste capítulo são apresentadas informações a respeito da territorialização destes assentamentos, entre 1999-2006, período do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e o primeiro mandato do governo Lula (2003-2006).
- Elaboração de tabelas, mapas e gráficos sobre a territorialização dos tipos de assentamentos RAM entre 1999-2006. Neste período aprofundamos os estudos, a respeito, do manejo dos *software's* Philcarto e Coreldraw, para melhor representar a diversidade, espacialização e localização dos modelos de Reforma Agrária, na região Centro-Sul.

3. Metodologia DATALUTA assentamentos.

Nesta parte, utilizamos os dados do DATALUTA – categoria assentamentos - para analisar os assentamentos rurais. O DATALUTA é um projeto vinculado ao NERA, que sistematiza dados referentes às ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária denominadas de categorias do banco de dados. Esses dados são divulgados por meio de relatórios anuais e subsidiam uma análise apurada de como a luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais que vem se espacializando pelo Brasil. Na categoria assentamentos utilizamos como fontes primárias o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário e a ANOTER - Associação Nacional de Órgãos Estaduais de Terra. Esses dados merecem um cuidado especial em sua conferência e nos possibilitam identificar nos dados de assentamentos algumas incompatibilidades como: diferentes anos de origem, capacidade do número de famílias, a tipologia e área. A partir do DATALUTA esses dados foram analisados e critérios foram construídos. Estes critérios foram adotados a partir de diversas pesquisas realizadas no NERA (Fernandes, 1999; Fernandes, 2000; Fabrini, 2002, Ramalho, 2002, Leal, 2003; Silva, 2003; Silva; 2006), nas quais constatamos que a luta pela terra, por meio das ocupações, transforma os espaços de luta e resistência em territórios dos assentamentos. Apresentaremos aqui estes critérios:

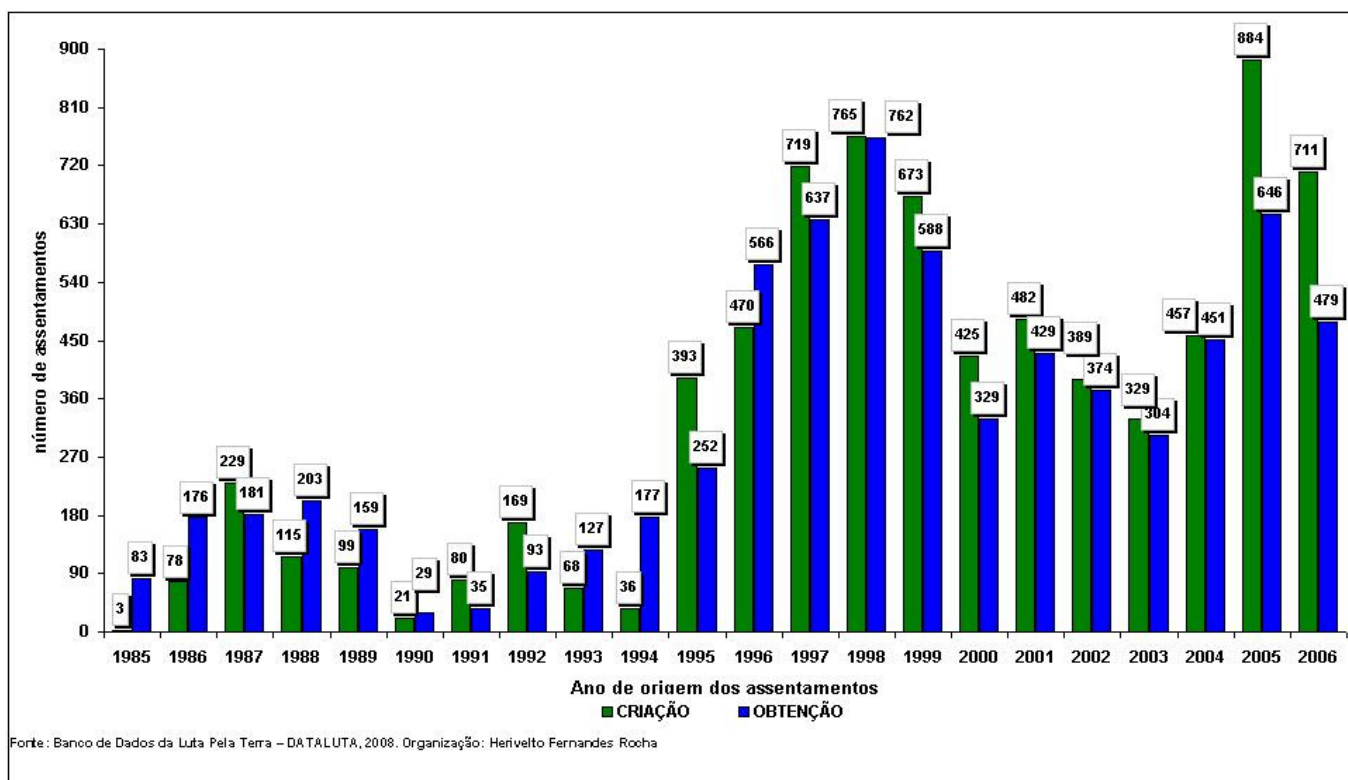
3.1 Ano de origem

Por ano de origem, consideramos o ano de obtenção ou o ano de criação do assentamento. Os assentamentos de Reforma Agrária de Mercado possuem apenas a data de criação, ou seja, a data em que a famílias ou o grupo de famílias tiveram acesso a terra através da compra. Nos assentamentos de Reforma Agrária, consideramos como ano de origem o ano de obtenção ou, em caso de incompletude no ano de obtenção, o ano de criação. O processo de conquista do território dos assentamentos RA contempla várias datas: a primeira é da ocupação da terra. A segunda data é a da obtenção da área e a terceira é da criação do assentamento. A segunda e a terceira data podem ser iguais, mas jamais serão iguais à primeira. Isso demonstra a diferença e a interação entre a luta pela terra e a política de reforma agrária. A diferença é que as famílias são os sujeitos que inauguram o processo e o Estado, por sua vez, é a instituição competente para regularizar, o acesso a terra,

mediante a pressão exercida pelos movimentos socioterritoriais organizados. Para FERNANDES (2000) a luta pela terra, especialmente por meio das ocupações, avança alheia à existência ou não de um plano de reforma agrária. Os sem-terra vêm a público, dimensionando o espaço de socialização política, intervindo na realidade, construindo o espaço de luta e resistência, quando ocupam a terra ou acampam nas margens das rodovias. Conquistando a terra, na formação dos assentamentos, transformam o espaço em território, recriando o trabalho familiar e reproduzindo a luta pela terra através da formação de novos grupos de famílias. A data da ocupação é a referência das famílias para definir a origem do assentamento. Todavia, a ocupação dos lotes só se efetiva com a obtenção da área.

As datas de obtenção e de criação dos assentamentos podem ser iguais ou diferentes. Isso significa que o assentamento pode ser criado no mesmo ano em que a área foi obtida pelo órgão público responsável, ou a criação pode acontecer um ano, dois ou mais depois da obtenção. Nas pesquisas realizadas no NERA, foi verificado, que a data de obtenção é o momento em que as famílias ocupam toda a área do território conquistado, através da data de obtenção, também é possível verificar o que realmente foi feito dentro de cada período de governo em relação à obtenção de terras e implantação de assentamentos rurais. São estas as razões que nos levaram a considerar a data de obtenção a mais coerente no processo de conquista do território e formação dos assentamentos rurais. A data da ocupação nem sempre possui um registro documentado, também na maior parte das vezes, as famílias são despejadas da área para que a mesma seja negociada entre o governo e o proprietário. Com a obtenção, as famílias, na grande maioria dos casos, são assentadas provisoriamente até a criação do assentamento. A obtenção é então a data em que as famílias têm acesso legal a terra, aguardando apenas a regularização do assentamento. Todavia, existem casos, em que o período, entre a obtenção e a criação do assentamento, compreende mais de um mandato de governo, e casos onde as famílias já estão na terra há muitas décadas, como nos assentamentos oriundos da regularização fundiária de posseiros, ribeirinhos, populações tradicionais e etc.

**GRÁFICO 1 – BRASIL – NÚMERO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA:
ANOS DE CRIAÇÃO E OBTENÇÃO - 1985-2006.**



3.2 Capacidade de famílias

Uma das atividades do registro de dados de assentamentos é a análise da capacidade e do número de famílias dos assentamentos. Nos assentamentos RAM, predominantemente, o número de famílias está relacionado com o número de assentamentos, cada família assentada corresponde a um assentamento criado. Nos assentamentos RA, cada assentamento possui várias famílias assentadas. Um exemplo desta diferença é a média de famílias por assentamentos, verificada nas análises da região Centro-sul (ver tabela 17), onde a média dos assentamentos RA é de 80,4 famílias por assentamento e nos assentamentos RAM a média é de 1,5 famílias por assentamento.

Nos registros de assentamentos RA, a capacidade de famílias é o dado principal para registro no DATALUTA e o número de famílias assentadas, é utilizado, como dado secundário. A capacidade de famílias é priorizada pelo fato de permitir maiores possibilidades de análise aproximada do real número de famílias que vivem no assentamento. Este número é absoluto e determinado pela área e tipo de uso do território do assentamento. O número de famílias assentadas é relativo. Ele pode ser

maior ou menor que a capacidade. É menor quando o assentamento está em implantação e maior quando o número de agregados: genros, noras e outros parentes também vivem no mesmo lote.

3.3 Tipologia de assentamentos

No DATALUTA, registramos dezoito tipos de projetos de assentamentos de reforma agrária, (quadro 1) e sete tipos de assentamentos de Reforma Agrária de Mercado (quadro 2). Os tipos de assentamentos também são divididos em modalidades. A modalidade de cada tipo de assentamento é definida de acordo com a diversidade nas formas de criação e de incorporação de projetos fundiários. Existem 4 modalidades diferentes de assentamentos são elas: Atual GF - Atual Governo Federal, modalidade de projetos de assentamentos criados pelo INCRA na atualidade; FV – Fora de Vigência, modalidade de projetos de assentamentos criados pelo INCRA que estão fora de vigência; Beneficiários - modalidade de projetos de assentamentos reconhecidos pelo INCRA como beneficiários da reforma agrária; Atual EMP - modalidade de projetos de assentamentos criados por Estados, Municípios e empresas de colonização particular. Todavia, vale ressaltar a diferença entre os tipos de assentamentos RA e os tipos de assentamentos de RAM. A diversidade verificada nos primeiros, em relação ao uso e manejo do solo, dos recursos naturais e legislação, não abrangem os tipos de assentamentos de RAM. A tipologia de RAM tem sua diversidade baseada nas linhas de financiamento que propiciam o acesso a terra, não existindo nenhuma legislação que venha a designar as formas de constituição do território do assentamento, a legislação, nos assentamentos RAM, serve para designar o público alvo de cada tipo de assentamento de Reforma Agrária de Mercado.

Quadro 1 - Tipologia de Projetos de Assentamento de RA.

	SIGLA	TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - RA	MODALIDADE
1	AQ	Assentamento Quilombola	BENEFICIÁRIOS
1	PA	Projeto de Assentamento Federal	ATUAL GF
2	PAE	Projeto de Assentamentos Agroextrativista	ATUAL GF
3	PAF	Projeto de Assentamento Florestal	ATUAL GF
4	PDS	Projeto de desenvolvimento Sustentável	ATUAL GF
5	PAM	Projeto de Assentamento Municipal	ATUAL EMP
6	PCA	Projeto de Assentamento Casulo	ATUAL EMP
7	PE	Projeto de Assentamento Estadual	ATUAL EMP
8	PFP	Projeto Fundo de Pasto	ATUAL EMP
9	FLONA	Florestas Nacionais	BENEFICIÁRIOS
10	PRB	Projeto de Reassentamento de atingidos por barragens	BENEFICIÁRIOS
11	RESEX	Reserva Extrativista	BENEFICIÁRIOS
12	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	BENEFICIÁRIOS
13	PAC	Projeto de Assentamento Conjunto	FORA DE VIGÊNCIA
14	PAD	Projeto de Assentamento Dirigido	FORA DE VIGÊNCIA
15	PAR	Projeto de Assentamento Rápido	FORA DE VIGÊNCIA
16	PC	Projeto de Colonização Oficial	FORA DE VIGÊNCIA
17	PIC	Projeto Integrado de Colonização	FORA DE VIGÊNCIA
18	AQ	Assentamento Quilombola	BENEFICIÁRIOS

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

Quadro 2 - Tipologia de Projetos de Assentamento de RAM.

	TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	SIGLA	MODALIDADE
1	Projeto de Cédula da Terra	PCT	BENEFICIÁRIOS
2	Banco da Terra	BT	FORA DE VIGÊNCIA
3	Crédito Fundiário	CF	BENEFICIÁRIO
4	Combate a Pobreza Rural	CPR	BENEFICIÁRIO
5	Consolidação da Agricultura Familiar	CAF	BENEFICIÁRIO
6	Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar	NPT/CAF	BENEFICIÁRIO
7	Nossa Primeira Terra/Combate a Pobreza Rural	NPT/CPR	FORA DE VIGÊNCIA

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

É através desta metodologia de sistematização e análise dos dados de assentamentos rurais do DATALUTA que buscamos compreender a diversidade da Reforma Agrária e o processo de implantação de assentamentos rurais no Brasil. Os dados da categoria assentamentos do DATALUTA são uma referência importante para os pesquisadores da questão agrária brasileira e uma importante ferramenta de contestação dos dados divulgados pelos governos estadual e federal.

4. Relação e Territorialidade dos tipos de assentamentos da região Centro-Sul.

A implantação de assentamentos no Brasil ocorre de forma bastante diversificada, correspondente ao grande número de projetos de assentamentos que têm territorialidades distintas. Com base nessa realidade a atualização da relação e territorialidade dos tipos de projetos de assentamentos foi possível, a partir do levantamento permanente dos dados sobre assentamentos rurais do DATALUTA, apresentados no quadro 3, onde podemos observar a tipologia de assentamentos de Reforma Agrária. No quadro 4, apresentamos a tipologia de assentamentos de Reforma Agrária de Mercado. As atualizações realizadas em relação ao quadro inicial correspondem à legislação dos projetos de assentamentos e ao preenchimento de informações. O título do quadro foi alterado, ao invés de Relação e Caracterização da Tipologia de Assentamentos, enviado no projeto inicial, o título atual é: Relação e Territorialidade dos Tipos de Projetos de Assentamentos. A territorialidade representa os modos de uso dos territórios, assim estudamos o uso, o manejo do solo e a infraestrutura dos assentamentos. Também foi acrescentada a coluna sobre a modalidade correspondente a cada tipo de assentamento.

Quadro 3 - Relação e Territorialidade dos Tipos de Projetos de Assentamentos Rurais – RA

Nº	Sigla	Nome/Descrição	Territorialidade	Modalidade
1	PA	Projeto de Assentamento Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; • Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade da União; • Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União • Legislação: (INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 15, DE 30 DE MARÇO DE 2004, art.3°) 	ATUAL GF
2	PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; • Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A) de responsabilidade da união; • Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; • Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; • Atividades ambientalmente diferenciadas. <p>Legislação: Portaria/INCRA/P/N° 268 DE 23 DE OUTUBRO DE 1996.</p>	ATUAL GF

3	PAF	Projeto de Assentamento Florestal	<ul style="list-style-type: none"> • Modalidade de assentamento, destinada as áreas com aptidão para o manejo florestal de uso múltiplo, em base familiar comunitária, prevê ainda à formação de plantios, com espécies nativas em casos de existência de áreas significativas já convertidas para outras atividades produtivas. • Forma de assentamento recentemente criada. • A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA. • Legislação: PORTARIA/INCRA/P/ N°. 1.141 de 19 de dezembro de 2003 e PORTARIA /INCRA/P /No- 215, DE 6 DE JUNHO DE 2006. 	ATUAL GF
4	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Modalidade de projeto criada para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental. • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; • Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A) de responsabilidade do Governo Federal; • Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União; • Forma de assentamento recentemente criada. • Legislação: Portaria/INCRA/P N°. 477, de 04 de novembro de 1999. 	ATUAL GF
5	PAM	Projeto de Assentamento Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios; • Aporte de recursos de crédito e infra-estrutura de responsabilidade dos municípios; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A) mediante convênio; • O INCRA reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; • Titulação de responsabilidade dos municípios. • Legislação: NORMA DE EXECUÇÃO INCRA N°. 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004. 	ATUAL EMP
6	PCA	Projeto de Assentamento Casulo	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Assentamento criado pelo município; • A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra é do município; • Aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; • Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e Municipal; • Diferencia-se pela proximidade a centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas; • Titulação de responsabilidade do município. • Legislação: NORMA DE EXECUÇÃO INCRA N°. 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004. 	ATUAL EMP

7	PE	Projeto de Assentamento Estadual	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas; • Aporte de recursos de crédito e infra-estrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A) mediante convênio; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à Infra-estrutura básica; • O INCRA reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária. • Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas. • Legislação: NORMA DE EXECUÇÃO INCRA Nº. 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004. 	ATUAL EMP
8	PFP	Projeto Fundo de Pasto	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos criados pelo Estado ou Municípios sob responsabilidade da Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão do governo do estado da Bahia, voltado ao atendimento dessas populações tradicionais locais. • Esses projetos são reconhecidos o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao PRONAF A. • Legislação: Convênio entre o Incra na Bahia, a Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Cultura (Fapec) e a Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA). 	ATUAL EMP
9	FLONA	Florestas Nacionais	<ul style="list-style-type: none"> • De competência do IBAMA • São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A). • Legislação: Criação: LEI 9985/200 E DECRETO 4340/2002 O reconhecimento de Flona como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex. 	BENEFICIÁRIOS
10	PRB	Projeto de reassentamento de atingidos por barragens	<ul style="list-style-type: none"> • A implantação é de competência dos empreendedores e o Incra reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental -ATES e Pronera. • Legislação: Reconhecimento foi autorizado pela PORTARIA/ INCRA Nº687/2004 	BENEFICIÁRIOS
11	RESEX	Reservas Extrativistas	<ul style="list-style-type: none"> • De competência do IBAMA • São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária (créditos de implantação e produção e eventualmente infra-estrutura básica); • A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambientais, federal ou estadual quando da criação das RESEX • Legislação: Criação: LEI 9985/200 e DECRETO 4340/2002 Reconhecimento: PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 13, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002. 	BENEFICIÁRIOS
12	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • De competência do IBAMA • São unidade de conservação de uso sustentável reconhecida o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como 	BENEFICIÁRIOS

			<ul style="list-style-type: none"> créditos de implantação e produção (PRONAF A) Legislação: Criação, LEI 9985/200 e DECRETO 4340/2002 O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex. 	
13	PAC	Projeto de Assentamento Conjunto	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de Colonização Oficial implantado pelo INCRA em parceria previamente definida com empresas rurais de grande porte ou cooperativas. Legislação: LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. 	FORA DE VIGÊNCIA
14	PAD	Projeto de Assentamento Dirigido	<ul style="list-style-type: none"> Mesmas características do Projeto de Colonização Oficial, porém é um Projeto que apresenta uma demanda específica, como o remanejamento de comunidades atingidas por barragens e remanejamento de famílias inseridas em áreas indígenas, entre outras. Forma criada a partir da década de 70, com o objetivo de cumprir as determinações do Estatuto da Terra, quanto ao assentamento de pequenos e médios agricultores, em regime de propriedade familiar. Projetos criados e titulados pela União visando a regularização de glebas rurais sob seu domínio Legislação: LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. 	FORA DE VIGÊNCIA
15	PAR	Projeto de Assentamento Rápido	<ul style="list-style-type: none"> Projetos criados pela União visando a regularização de glebas rurais sob seu domínio; Aporte de recursos basicamente referentes à demarcação topográfica; Titulação de responsabilidade da União; Não havia o aporte de recursos para implantação de infraestrutura básica; Forma pouco utilizada nas últimas duas décadas. Legislação: LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. 	FORA DE VIGÊNCIA
16	PC	Projeto de Colonização Oficial	<ul style="list-style-type: none"> Projetos criados pela União visando a colonização de áreas de vazio demográfico e de expansão da fronteira agrícola do território nacional, em especial da Amazônia Legal nas décadas de 1970 e 1980, forma pouco utilizada nas duas últimas décadas. Obtenção de terras, criação, aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção e a coordenação do Projeto eram de responsabilidade da União; Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União, podendo ser feita conjuntamente com as unidades federativas e municípios; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade do INCRA; Legislação: LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. 	FORA DE VIGÊNCIA
17	PIC	Projeto Integrado de Colonização	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de Colonização Oficial, geralmente implantado em grandes extensões de área, envolvendo significativo número de famílias, requerendo <u>ações integradas</u> entre as três instâncias governamentais; Implantados em terras públicas da União ou áreas desapropriadas pelo INCRA; Forma pouco utilizada nas últimas duas décadas. Legislação: LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. 	FORA DE VIGÊNCIA
18	AQ	Assentamentos Quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> Sem informações 	SEM INFORMAÇÃO

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

Obs.: Especificamente nos casos do estado de São Paulo e Rio Grande do Sul, o INCRA estabeleceu convênios destinando recursos financeiros para a obtenção de terras (TDA e moeda corrente) ainda que sejam criados Projetos Estaduais de Assentamento em terras públicas do Estado.

Quadro 4 - Relação e Territorialidade dos Tipos de Projetos de Assentamentos Rurais – RAM

Nº	Sigla	Nome/Descrição	Características	Modalidade
1	PCT	Programa Cédula da Terra	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Assentamento criado pela União com participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação; • Os beneficiários recebem financiamento específico destinado a obtenção dos recursos fundiários e implantação da infra-estrutura básica. A seleção dos beneficiários de responsabilidade do Governo Federal; • Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União; Direcionados para regiões de difícil obtenção de terras por meio da desapropriação. 	BENEFICIÁRIOS
2	BT	Banco da Terra	<ul style="list-style-type: none"> • Criado no governo de FHC. • Os assentamentos podem ser implantados pelo Governo Federal, por entidades públicas estaduais e municipais e por cooperativas e associações de assentados. • O financiamento das terras se dá por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. • LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998 	ATUAL
3	CF	Crédito Fundiário	<ul style="list-style-type: none"> • Sem informação 	SEM INFORMAÇÃO
4	CPR	Combate a Pobreza Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Criado no primeiro mandato do governo Lula, para substituir o CT e o CF CPR. • Público alvo: trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais com acesso precário à terra e proprietários de minifúndios: imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar. • Os recursos provêm do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. 	BENEFICIÁRIOS
5	CAF	Consolidação da Agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Criado no primeiro mandato do governo Lula, para substituir o PFT. • Tem por finalidade a Aquisição de imóveis rurais, com as benfeitorias já existentes e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva. • Público-Alvo: Trabalhadores rurais sem-terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas etc.), pequenos produtores rurais com acesso precário à terra (arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros etc.), proprietários de minifúndios, assim classificados os imóveis, cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar definida no Estatuto da Terra. Associações e cooperativas que agreguem as pessoas mencionadas anteriormente. O proponente deverá dispor de renda familiar anual igual ou inferior a R\$ 15.000,00 e patrimônio familiar igual ou inferior a R\$ 30.000,00. • Os recursos provêm do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. • Lei complementar 93/98 • 	BENEFICIÁRIOS

6	NPT/CAF	Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Famílias	<ul style="list-style-type: none"> • Criado para atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, o programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil. Os beneficiados devem estar organizados em associações. • O financiamento para aquisição dos imóveis é reembolsável, e os recursos são provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Já o financiamento para investimentos comunitários não é reembolsável e seus recursos provêm do Banco Mundial. • A linha de financiamento é liberada pelo programa de Consolidação da Agricultura Familiar. 	BENEFICIÁRIOS
7	NPT/CPR	Nossa Primeira Terra/Combate a Pobreza Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Criado para atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, o programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil. • Os beneficiados devem estar organizados em associações. <p>O financiamento para aquisição dos imóveis é reembolsável, e os recursos são provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Já o financiamento para investimentos comunitários não é reembolsável e seus recursos provêm do Banco Mundial.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A linha de crédito é liberada pelo programa de Combate a Pobreza Rural 	FORA DE VIGÊNCIA

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

Obs.: Especificamente nos casos do estado de São Paulo e Rio Grande do Sul, o INCRA estabeleceu convênios destinando recursos financeiros para a obtenção de terras (TDA e moeda corrente) ainda que sejam criados Projetos Estaduais de Assentamento em terras públicas do Estado.

5. A atualidade da reforma agrária brasileira: novas conflitualidades e soberania alimentar

Neste capítulo, a atualidade da reforma agrária é baseada na discussão de teorias defendidas por alguns estudiosos desta temática, assim como, o ponto de vista do governo e dos movimentos socioterritoriais, envolvidos neste processo. Apresentamos a conceituação de reforma agrária a partir da teoria, discutindo os conceitos elaborados por distintos intelectuais.

O sociólogo Antonio Garcia (GARCIA, 1973) defendeu a existência de três modelos de reforma agrária. O primeiro modelo, baseado em uma reforma agrária estrutural, acarretaria em mudanças radicais nas relações sociais de um determinado território, partindo da alteração da própria estrutura social e política, historicamente instituída, ou melhor, de uma revolução social. Na América Latina temos como

exemplo, os casos: México (1910) e Cuba (1960). O segundo é o modelo convencional ou conservador, baseado em uma reforma agrária residual, modelo este aplicado no Brasil, após o processo de redemocratização do país, em meados da década de 1980, intensificado pelos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Este modelo é resultado de uma operação negociada entre antigas e novas forças sociais por intermédio do sistema institucionalizado de partidos conservadores e reformistas, ou seja, as alianças cruzadas (MARTINS, 2000), entre partidos políticos e setores ligados às oligarquias agrárias seculares, que visam a manutenção da estrutura de poder vigente. Este modelo conservador é regido por uma série de interesses contraditórios dentro de um mesmo sistema de governo, de um lado os setores favoráveis a uma reforma agrária ampla e massiva e de outro, setores ligados a aristocracia rural, que visam a expansão do agronegócio e manutenção de uma estrutura fundiária arcaica.

O terceiro modelo, apontado por Antônio Garcia, é pautado na concessão de acesso à terra para os camponeses à partir de medidas paliativas que tem por propósito a contenção das pressões exercidas pelos movimentos socioterritoriais. Este modelo é semelhante ao modelo de RAM – Reforma Agrária de Mercado, implantado no Brasil no segundo governo FHC e intensificado durante o primeiro governo Lula. Este modelo visa mercantilizar o acesso a terra, a fim de aliviar as tensões no campo, e diminuir as pressões, dos sem-terra, pela efetivação de uma reforma agrária ampla e massiva.

No texto do II PNRA - Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, em Brasília. A reforma agrária é tida como uma “necessidade urgente” para um projeto de nação “moderno e soberano”.

A reforma agrária é mais do que um compromisso e um programa do governo federal. Ela é uma necessidade urgente e tem um potencial transformador da sociedade brasileira. Gera emprego e renda, garante a segurança alimentar e abre uma nova trilha para a democracia e para o desenvolvimento com justiça social. A reforma agrária é estratégica para um projeto de nação moderno e soberano. (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004. p. 6).

A opinião do atual ministro do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, vai ao encontro das preposições firmadas no II PNRA, defendendo, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em março de 2007, que a “reforma agrária é uma agenda contemporânea” e essencial para o Brasil.

Não tenho dúvida em afirmar que a reforma agrária é uma agenda contemporânea e fundamental, especialmente no Brasil, que assumiu o desafio de trilhar um novo caminho de desenvolvimento, ambientalmente sustentável, capaz de superar as desigualdades sociais e econômicas. [...] A reforma agrária é parte desse novo caminho, moderno e atual, para o desenvolvimento nacional, para a construção da cidadania de um povo que não abre mão de sua esperança e de seus sonhos. (CASSEL, 2007, Folha de São Paulo, Opinião).

A atualidade da reforma agrária é compreendida pelas novas conflitualidades geradas entre o campesinato e o agronegócio, como afirma FERNANDES (2008) esta conflitualidade produz dois modelos de desenvolvimento do campo.

Esses modelos de desenvolvimento determinam a organização do espaço geográfico, por meio da produção de territórios, gerando e intensificando conflitualidades que são insolúveis por causa da hegemonia do modo capitalista de produção [...] O capital forma os seus territórios e se territorializa, ou seja, se expande multiplicando o controle de enormes áreas em todas as regiões. Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe. Pensar o território nesta conjuntura deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas completamente distintas. Nesta condição temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo freqüente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das *commodities* que se utilizam dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008).

Guilherme Delgado, economista do IPEA – Instituto de Economia Aplicada, em entrevista ao Jornal Brasil de fato, em abril de 2008, concorda com FERNANDES e, defende que esta conflitualidade, é resultado da preferência dada pelo governo à expansão do agronegócio em detrimento do campesinato e da reforma agrária. Ele defende que:

Precisamos de uma política comum que tenha capacidade de impedir o avanço do agronegócio, com a liberdade que tem hoje. Ele não tem obrigações com sua função social, obrigações de posse da terra, de meio ambiente e de respeito às relações de trabalho. O caso brasileiro é ímpar de desigualdade crescente. Um formato de reforma agrária incluyente, de desenvolvimento e igualdade não está fora da agenda ao menos que se pense que não há desigualdade no país. O pessoal acha que desenvolvimento é modernização conservadora. É a moda Geisel, desenvolver o modelo do regime militar. Agora, o Brasil precisa de uma política clara de contenção da liberdade de ação do agronegócio. Sem isso, a reforma agrária é engodo, tão residual e incapaz de se manter que será engolida (DELGADO, 2008).

João Pedro Stédile, liderança nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, afirmou recentemente em entrevista¹ ao programa “Canal livre da Rede Bandeirantes de Televisão, que a reforma agrária defendida atualmente pelo movimento é uma reforma atrelada ao agronegócio, mas não o agronegócio da monocultura voltado para o mercado externo, ele defende a coexistência dos assentamentos rurais com a agroindústria, como uma forma de gerar renda no campo. A reforma agrária defendida por Stédile, e pelo MST, traz a soberania alimentar como necessária e fundamental. Atualmente o debate em torno da crise mundial de alimentos, reafirma a importância da soberania alimentar para o desenvolvimento socioeconômico do país. Para Oliveira (2007) a reforma agrária é uma etapa fundamental no projeto de desenvolvimento social e econômico do Brasil e um instrumento capaz de superar a crise de produção alimentar.

É por isso que a crise atual é estrutural e revela a incapacidade da agricultura capitalista em garantir a oferta de alimentos a preços baixos aos brasileiros e à população mundial. Somente uma política agrícola fundada na agricultura camponesa seria capaz de garantir a soberania alimentar às populações dos diferentes países do mundo. A reforma agrária como estratégia de política econômica de produção de alimentos continua, portanto, na agenda política, e, somente ela pode superar crise de alimentos. (OLIVEIRA, 2008).

Peter M. Rosset (2007), pesquisador do CECCAM - Centro para *el Estudio del Cambio Rural en México*, baseado nas concepções defendidas pela Via Campesina, organização internacional de camponeses que tem por objetivo defender os interesses desse segmento, vai ao encontro as preposições de OLIVEIRA, ele defende que a reforma agrária é uma etapa fundamental para que os países

¹ Entrevista realizada no dia 01 de junho de 2008 no “Canal Livre”, da rede Bandeirantes de Televisão.

alcancem a segurança e a soberania alimentar baseado no modelo de desenvolvimento sustentável.

La 'soberanía alimentaria' es un enfoque holístico para el desarrollo rural cuyos pilares son la reforma agraria, la seguridad alimentaria, la agricultura sostenible, el acceso a los mercados locales, créditos y precios justos para los agricultores familiares, pobres rurales o sin tierra de todo el mundo. (BOTELLA, apud, ROSSET, 2007, p.168, prefácio).

Neste breve ensaio a respeito da atualidade da reforma agrária, percebemos que ela se faz necessária, principalmente em tempos de crise e que o governo ao menos no discurso, defende a sua aplicação. A reforma defendida atualmente está intrinsecamente relacionada a um projeto de soberania nacional, baseada no desenvolvimento permanente e sustentável. Todavia, a manutenção do capitalismo agrário, coloca a reforma agrária como uma proposta ultrapassada e o agronegócio com uno e absoluto. É necessária uma correlação de forças entre todos os interessados em atenuar as desigualdades sociais do Brasil.

6. De Sarney a Lula: A luta pela terra, a reforma agrária e diversidade dos assentamentos rurais.

Nesta parte apresentamos uma leitura sobre a luta pela terra, por meio das ocupações, e a implantação e diversidade de assentamentos rurais nos governos dos presidentes: José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, Sarney (1985-1989); Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994); Fernando Henrique Cardoso, FHC (1995-2002) e o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006).

6.1 O governo José Ribamar de Araújo Costa (Sarney)

Após o processo de redemocratização do país, em meados da década de 1980, algumas tentativas foram feitas para acelerar o processo de reestruturação fundiária e diminuição das desigualdades sociais no campo. Durante o governo Sarney foi elaborado O I PNRA - Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (CARVALHO, 2005). Entretanto, até a efetivação do plano a proposta foi modificada por diversas vezes com a finalidade de se adequar aos interesses de setores ligados ao latifúndio. Entre 1987 e 1989, o número de ocupações de terras aumentou gradativamente, totalizando 229 ações com a participação de 34.333 famílias (ver

tabela 1). Este dado nos revela, principalmente, o início da atuação dos sem-terra organizados no MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. Mesmo após as modificações, negociadas entre o governo e os setores ligados aos ruralistas, o I PNRA que prometia assentar 1.400.000 famílias assentou apenas 8,8% do total prometido (ver tabela 2), ou em dados absolutos 122.598 famílias. Todavia, apesar da derrota política sofrida com as modificações da proposta original, o plano elaborado pelo governo acabou colocando a reforma agrária, novamente, na pauta de discussões políticas do país.

TABELA 1 – BRASIL – GOVERNO SARNEY - A LUTA PELA TERRA

Brasil - A luta pela terra - Governo Sarney		
ANO	Ocupações	Famílias em ocupações
1985*	NI	NI
1986*	NI	NI
1987	67	11.772
1988	72	9.986
1989	90	12.575
TOTAL	229	34.333

Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha. Obs.*: NI - Não Informados.

TABELA 2 – BRASIL – GOVERNO SARNEY - IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS

Brasil - Implantação de Assentamentos - Governo Sarney			
ANO	Assentamentos	Famílias	Área
1985	83	9.266	489.851
1986	174	26.618	1.210.605
1987	181	32.219	2.083.042
1988	203	37.158	2.084.265
1989	159	17.337	2.381.136
TOTAL	800	122.598	8.248.899

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra - DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

6.2 Os governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco.

No governo do presidente Collor, os sem-terra sofreram forte repressão, principalmente o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, com a invasão, por parte do governo, de secretarias do movimento e a prisão de lideranças em diversos estados. Esta repressão causou um refluxo nas ações dos sem-terra organizados no MST, restringindo o processo de luta e de territorialização dos assentamentos (FERNANDES, 2000). Apesar deste refluxo e do aumento da repressão, durante o governo Collor foram registradas 228 ocupações de terras com a

participação de 40.142 famílias, a resposta do governo a esta pressão, foi o assentamento de 27.921 famílias em 157 assentamentos.

Com o *impeachment* do presidente Fernando Collor assumiu o vice-presidente Itamar Franco, que marcou o início do diálogo do governo federal com o MST. Com o fim da repressão ocorreu um aumento do número de ocupações de terras. Nos dois anos de governo do presidente Itamar Franco 42.458 famílias participaram de ocupações de terras em 279 ações. A intensificação da luta pela terra foi a forma utilizada para pressionar o governo no aumento da implantação de projetos de assentamentos. No governo Itamar, o número de famílias assentadas foi de 34.034 em 304 assentamentos. Estes dados revelam que o aumento da implantação de projetos de assentamentos, está, intrinsecamente, relacionado à luta pela terra.

TABELA 3 – BRASIL – A LUTA PELA NOS GOVERNOS COLLOR E ITAMAR

Brasil - A luta pela terra - Governos Collor e Itamar		
ANO	Ocupações	Famílias em ocupações
1990	50	7.314
1991	85	14.990
1992	93	17.838
1993	116	19.442
1994	163	23.016
TOTAL	507	82.600

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

TABELA 4 – BRASIL – A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NOS GOVERNOS COLLOR E ITAMAR

Brasil - Implantação de Assentamentos - Governos Collor e Itamar			
ANO	Assentamentos	Famílias	Área
1990	29	6.454	2.042.300
1991	35	10.445	559.236
1992	93	10.892	555.376
1993	127	13.281	538.813
1994	177	20.753	790.228
TOTAL	461	61.825	4.485.953

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

6.3 O governo Fernando Henrique Cardoso

Neste governo a opção foi por uma reforma agrária conservadora ou convencional. De acordo com GARCIA (1973), este tipo de reforma é resultado de uma operação negociada entre antigas e novas forças sociais por intermédio do sistema institucionalizado de partidos conservadores e reformistas, ou como diz José

de Souza Martins (2000), governos pautados em alianças cruzadas que reproduzem o atraso. Esta leitura de Antonio Garcia pode ser comprovada, ao analisarmos a composição da conjuntura. A partir das regras de funcionamento da estrutura latifundiária e das normas institucionais da sociedade tradicional, o latifúndio e amplos setores do empresariado rural, ligados à pecuária e a produção de grãos para a exportação (agronegócio), mantiveram a reforma agrária como uma questão isolada e setorial, impedindo a desconcentração fundiária. No primeiro governo FHC foram 1.987 ocupações com a participação de 301.908 famílias o que expressa o enorme descontentamento dos camponeses com as políticas de reforma agrária adotadas por esse governo. Em relação à implantação de assentamentos foram 240.819 famílias assentadas em 2.211 PA's – Projetos de Assentamentos. No segundo governo 290.578 famílias ocuparam terras em 1.991 ocupações e 149.140 famílias foram assentadas em 1.712 PA's (ver tabelas 5 e 6). Estes dados revelam um aumento significativo da luta pela terra atrelada ao aumento expressivo do número de assentamentos implantados, o que reforça a tese de FERNANDES (2000) que a principal forma de acesso a terra no Brasil tem sido através das ocupações.

Entre o primeiro e o segundo governo FHC ocorreu uma mudança pouco percebida por muitos pesquisadores. O primeiro governo acreditava que o aumento do número de assentamentos faria diminuir a pressão dos movimentos socioterritoriais. Como isso não ocorreu, embora o governo tentasse ter o controle sobre a luta pela terra, o segundo governo FHC adotou medidas repressivas. A fim de cessar o aumento no número de ocupações, foram criadas diversas medidas contra esta forma de luta, uma delas foi MP- Medida Provisória 2109-52, criada em 24 de maio de 2001, que impede a desapropriação da área ocupada e tira dos eventuais ocupantes o direito constitucional à reforma agrária. Esta foi uma das formas encontradas pelo governo federal de barrar o crescimento e ações de ocupação. Nos dois primeiros anos do segundo mandato (1999-2000), foram registradas 1.432 ocupações de terra. Após a aprovação da MP 2109-52, nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique (2001-2002), ocorreram 559 ocupações. Uma diminuição de 60% no número de ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais. Como as ocupações são a principal forma de pressão para a criação de assentamentos, com a diminuição do número de ocupações também diminuiu o número de assentamentos e de famílias assentadas em relação ao primeiro governo. Os índices referentes à luta pela terra e a implantação de assentamentos nos oito anos de governo FHC, totalizaram 592.486 famílias em ocupações de terras em 3.978 ações.

Em relação à implantação de assentamentos, foram 389.959 famílias assentadas em 3.923 PA's.

Durante o governo FHC, foi formada uma grande aliança política em defesa do modelo primário-exportador, defendido pelo grande capital e os grandes latifundiários, que resultou no avanço do agronegócio e na expansão da fronteira agrícola. Contra essa visão, do agronegócio como único modelo de desenvolvimento da agricultura, tudo é colocado como atraso. Mas o atraso é justamente esse modelo. Para Delgado (2008) o grande retrocesso é priorizar o agronegócio, da monocultura e da exportação, em detrimento do crescimento industrial, do setor de serviços, da agricultura sustentável e da participação da familiar na agricultura.

TABELA 5 – BRASIL – A LUTA PELA TERRA NOS GOVERNOS FHC

Brasil - A luta pela terra - Governo FHC		
ANO	Ocupações	Famílias em ocupações
1995	186	42.746
1996	459	78.281
1997	514	69.485
1998	828	111.396
1999	903	119.905
2000	529	83.900
2001	285	45.767
2002	274	41.006
TOTAL	3.978	592.486

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

TABELA 6 – BRASIL – A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NOS GOVERNOS FHC

Brasil - Implantação de Assentamentos - Governo FHC			
ANO	Assentamentos	Famílias	Área
1995	251	34.037	1.402.958
1996	566	62.756	3.610.859
1997	632	74.186	2.622.416
1998	762	69.840	3.070.132
1999	586	47.606	1.909.628
2000	327	25.833	1.398.357
2001	429	34.607	1.656.342
2002	370	41.094	2.332.102
TOTAL	3.923	389.959	18.002.794

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

6.4 O governo Luís Inácio Lula da Silva

No governo Lula, as alianças políticas formadas pelo Partido dos Trabalhadores – PT e setores conservadores ligados a partidos de direita como, por exemplo, o Partido Liberal – PL, manteve a correlação de forças verificada durante o governo FHC. A formação do governo Lula é contraditória, pois o PT, partido governista, defendeu durante anos a bandeira da reforma agrária em defesa dos movimentos de luta pela terra. Um exemplo desta contradição é a adoção de políticas que fortalecem o agronegócio e, ao mesmo tempo, políticas que dão continuidade a reforma agrária distributiva de assentamentos rurais. Durante o primeiro governo Lula, foi elaborado o II PNRA – Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária. Este plano apresentava 11 metas a serem cumpridas até o final do primeiro mandato em 2006. Dentre estas, o assentamento de 400 mil novas famílias, através de desapropriações, mais 500 mil famílias beneficiadas pela regularização fundiária e 150 mil pelo Crédito Fundiário, ou seja, pela compra de terra. O Crédito Fundiário é mais um resquício político do governo FHC, que de acordo com Pereira (2005) os objetivos centrais desta política são:

Aliviar seletivamente a pobreza rural, especialmente em situações onde as tensões sociais no campo possam atingir níveis preocupantes para a segurança do capital privado e/ou a manutenção da ordem política vigente e mercantilizar o acesso à terra, por meio da mudança neoliberal do aparato regulatório, de modo a favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, estimular o investimento privado na economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas pontuais do campesinato ao circuito agroindustrial, comandado por grandes e médias empresas. (PEREIRA, 2005, p.2).

Durante o primeiro mandato do governo Lula, foi registrado o recorde nas ações dos movimentos socioterritoriais, apesar da manutenção da medida provisória 2109-52, outro resquício do governo FHC, entre 2003 e 2006, foram 343.958 famílias nas ocupações de terras. Neste mesmo período, o governo Lula cumpriu, apenas, 48,1% da meta de assentar 400.000 novas famílias, ou em dados absolutos, 192.257 (ver tabelas 7 e 8). Vale ressaltar que o ano de origem adotado em nossa análise é o ano de obtenção do assentamento, o que exclui os assentamentos criados pelo

governo Lula obtidos em outros governos. Nossa sistematização e atualização, permanente, do DATALUTA, categoria assentamentos, permitiu verificar uma prática corriqueira dos governos brasileiros, a de contabilizar em suas estatísticas dados de assentamentos obtidos em governos anteriores. Nossa metodologia nos permite analisar o que foi, efetivamente, realizado em relação à implantação de assentamentos, por cada governo.

As metas quantitativas traçadas no II PNRA causaram divergências entre os estudiosos da questão agrária brasileira, os representantes dos movimentos camponeses e o governo. O governo federal, por intermédio do INCRA (INCRA, 2007), afirma ter cumprido 95% (381.419 famílias assentadas) da meta-1 do II PNRA, o assentamento de 400 mil novas famílias. Como vimos anteriormente, foram apenas 48,1 % da meta-1.

Os dados do INCRA contabilizam todos os assentamentos criados durante o governo Lula. Todavia, o grande equívoco é incluir nos dados, referentes à meta 1, o assentamento de todas as famílias que tiveram suas posses regularizadas ou que tiveram seus direitos nos assentamentos antigos reconhecidos, ou foram reassentadas em virtude da construção de barragens, como se fossem novas famílias. Os beneficiados pela regularização e reordenamento fundiário, fazem parte da outra meta, a de beneficiar 500 mil famílias. Este fato distorce a realidade do que tem sido feito efetivamente pelo governo a respeito na implantação de novos assentamentos. José de Souza Martins (2000) defende que a incorporação dos beneficiários é uma forma de se fazer reforma agrária e contribuir para a diminuição das desigualdades no campo brasileiro. FERNANDES (2008) ressalta que a regularização apesar de não desconcentrar a propriedade da terra, impede ao menos no âmbito legal o avanço do agronegócio sobre as reservas e áreas florestadas, principalmente na região Norte do país.

No governo Lula outro ponto que tem atraído a atenção dos estudiosos da reforma agrária brasileira, é a teoria de que programas assistencialistas, como, o bolsa família, têm contribuído com o enfraquecimento da luta pela terra no Brasil. De acordo com o DATALUTA, durante o governo Lula o número de ocupações de terras, oscilou bastante durante o primeiro mandato do governo Lula. Todavia, a média de ocupações de terras foi de 596 por ano e a média de famílias nestas ações foi de 85.989 por ano. São as maiores médias registradas entre 1985-2006. No entanto, o que os defensores desta teoria afirmam é que o projeto bolsa família contribui com a redução do número de famílias acampadas. De acordo com a reportagem publicada

pelo jornal Folha de São Paulo em novembro de 2007, a queda de famílias acampadas foi de 82,6% ou, em números absolutos, de 59.082 para 10.259 famílias (FOLHA ONLINE, 2007).

TABELA 7 – BRASIL – A LUTA PELA TERRA NO GOVERNO LULA

Brasil - A luta pela terra - Governo Lula		
ANO	Ocupações	Famílias em ocupações
2003	562	93.483
2004	703	118.475
2005	569	73.283
2006	553	58.717
TOTAL	2.387	343.958

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

TABELA 8 – BRASIL – A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NOS GOVERNO LULA

Brasil - Implantação de Assentamentos - Governo Lula			
ANO	Assentamentos	Famílias	Área
2003	304	23.856	5.558.942
2004	450	35.050	1.966.052
2005	646	75.412	5.316.658
2006	479	57.939	4.250.972
TOTAL	1.879	192.257	17.092.624

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

Nas tabelas 9 e 10, apresentamos o resumo da luta pela terra e implantação de assentamentos rurais entre 1985 e 2006. Os destaques ficam por conta da luta pela terra no governo Lula, 34% do número de ocupações e 33% do número de famílias em ocupações. A implantação de assentamentos teve seus melhores índices no primeiro mandato do governo FHC com 31%, entre 1985-2006, e 31% do número de famílias assentadas. Já em relação às terras destinadas a reforma agrária, o destaque fica por conta do governo Lula com 17.092.624 hectares ou 36% de toda a área destinada à reforma agrária no período estudado.

TABELA 9 – BRASIL – A LUTA PELA TERRA NOS GOVERNOS BRASILEIROS - 1985-2006

Brasil - A luta pela terra entre 1985-2006				
GOVERNOS	Ocupações	%	Famílias	%
SARNEY (1985-1989)	229	3	34.333	3
COLLOR E ITAMAR (1990-1994)	507	7	82.600	8
FHC (1995-1998)	1.987	28	301.908	29
FHC (1999-2002)	1.991	28	290.578	28
LULA (2003-2006)	2.387	34	343.958	33
TOTAL	7.101	100	1.053.377	100

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

**TABELA 10 – BRASIL – A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NOS GOVERNOS BRASILEIROS
1985-2006**

Brasil - Implantação de Assentamentos entre 1985-2006						
GOVERNOS	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
SARNEY (1985-1989)	800	11	122.598	16	8.248.899	17
COLLOR E ITAMAR (1990-1994)	461	7	61.825	8	4.485.953	9
FHC (1995-1998)	2.211	31	240.819	31	10.706.365	22
FHC (1999-2002)	1.712	24	149.140	19	7.296.429	15
LULA (2003-2006)	1.879	27	192.257	25	17.092.624	36
TOTAL	7.063	100	766.639	100	47.830.270	100

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

6.5 A diversidade da implantação de assentamentos

Nas últimas duas décadas, a formação do campesinato brasileiro tem acontecido principalmente pelas ocupações e implantação de assentamentos de reforma agrária. Esta disputa acontece no processo de territorialização e desterritorialização do campesinato, do latifúndio e do agronegócio. Este processo ocorre simultaneamente de formas diferenciadas em todas as regiões do país. Nas regiões Sul e Sudeste, esse processo de enfrentamento é mais intenso com o agronegócio, com exceção para algumas microrregiões onde ainda o latifúndio tem o controle territorial. Nas regiões Nordeste e Norte esse processo de enfrentamento é mais intenso com o latifúndio, com exceção para algumas microrregiões onde o agronegócio expande o controle territorial. Na região Centro-Oeste, o processo de enfrentamento é intenso tanto com o agronegócio como com o latifúndio em diferentes microrregiões. Enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a disputa territorial acontece por meio da territorialização e desterritorialização, porque quase a totalidade das áreas agriculturáveis já estão sob controle territorial, nas regiões Norte e Centro-Oeste o processo de expansão territorial acontece também para além da fronteira agrícola, ou seja, para as áreas florestadas. Essa é a razão pela qual, o governo passou a incorporar as populações tradicionais que vivem em áreas florestadas como beneficiários da reforma agrária, esta incorporação impede a territorialização do agronegócio, principalmente na região Norte do país.

Essa nova realidade explicita a reforma agrária e a expansão do agronegócio como um processo de disputa territorial formado por intensa conflitualidade. Por essa razão, a reforma agrária deixou de ser uma questão setorial e se transformou em uma questão territorial. Campesinato, latifúndio e agronegócio são diferentes modelos de desenvolvimento do campo, que se territorializam e são desterritorializados na disputa

permanente pelo controle territorial. Uma possibilidade de ler essa nova realidade é compreender que esta permanente disputa territorial forma territórios distintos: territórios camponeses e territórios do capital, que representam diferentes modelos de organização territorial, caracterizados pela biodiversidade e pela monocultura, pela pequena e pela grande escala etc. São dois campos em conflito que compõem a atual questão agrária. A diversidade da reforma agrária brasileira representa em parte esta nova realidade da questão agrária (FERNANDES, 2008).

No processo de luta, democratização, conquista e preservação da terra os movimentos socioterritoriais e os assentados, da reforma agrária defrontam-se com um novo desafio: romper com a cultura de que a garantia da terra, por si só, resolveria as questões mais prementes em seu contexto. É preciso ir além, pois a superação de uma estrutura fundiária atrasada baseada em relações de trabalho precárias, exige a formação de quadros capazes de propor formas alternativas de uso da terra, manejo do solo e utilização dos recursos naturais. Uma alternativa elaborada pelo MST e o governo, é a constituição das Comunas da Terra, localizadas no Estado de São Paulo, que se utilizou da legislação existente para criação dos PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável, criado pelo INCRA para assentar pessoas que não constituem uma comunidade tradicional. A Comuna da Terra é uma forma diferenciada de assentamento, no sentido de sua organização interna, que busca contribuir para o avanço da luta por reforma agrária e para o desenvolvimento social e econômico brasileiro. Além de garantir a preservação de áreas ricas em vegetação nativa, os PDS's também representam a possibilidade de recuperar áreas inseridas em regiões em que a biodiversidade de grandes extensões de terra foi sendo destruída pelo manejo predatório de monoculturas. O PDS visa garantir o sustento das famílias por meio do manejo ecológico e sustentado do meio ambiente, cultivando apenas áreas já desmatadas a partir de sistemas agroflorestais, que valorizam e enriquecem a flora local (GOLDFARB, 2007).

Para Martins (2000), o Brasil possui uma demanda diversificada em relação à reforma agrária. Esta demanda se define de acordo com as diversidades regionais do país. A análise feita por Martins reflete-se na diversidade dos tipos de projetos de assentamentos implantados no Brasil, que expressam as necessidades dos trabalhadores rurais sem-terra e de populações tradicionais expropriadas do campo. A diversidade da reforma agrária brasileira é resultado tanto, da heterogeneidade de projetos de reforma agrária quanto, da conflitualidade entre campesinato, latifúndio e

agronegócio que disputam as terras agrícolas do país. Nas tabelas 11, 12, 13 e 14, apresentamos os dados referentes a diversidade dos assentamentos RA.

No governo Fernando Henrique Cardoso a diversidade de PA's aumentou de nove tipos, em relação aos governos anteriores, para 14 tipos. Todavia, apesar do aumento de tipos de PA's, no governo FHC, os projetos Federal e Estadual (PA e PE), que têm como característica principal ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terras e retomada de terras públicas griladas, são responsáveis por 96% dos assentamentos implantados nos dois governos FHC. Estes projetos correspondem ainda por 83% das famílias assentadas e 76% da área total destinada à reforma agrária entre 1995 e 2002. Apesar do aumento dos tipos de assentamentos, em relação aos governos anteriores, fica evidenciada a preferência ou predominância de uma determinada política de implantação de assentamentos, que é direcionada para o setor agropecuário.

No governo Lula, foram assentadas 192.257 famílias numa área de 17 milhões de hectares distribuída em 14 tipos de PA's. O grande destaque do governo Lula é a implantação dos assentamentos agro-florestais, que se territorializaram em 12 milhões de hectares. Os assentamentos agro-florestais têm como, características principais ações destinadas à regularização fundiária de posses ou de famílias que tiveram seus direitos nos assentamentos antigos reconhecidos, ou foram reassentadas em virtude da construção de barragens, assentamentos em áreas florestadas, reservas extrativistas e em áreas relevantes para o meio ambiente, como remanescentes de mata atlântica, áreas da Amazônia ou do cerrado. Esta forma de assentamento corresponde a 71% das terras destinadas a reforma agrária no governo Lula e 35% das famílias assentadas. Nota-se, predominantemente, a opção por assentamentos em áreas florestadas, durante o governo Lula. Os projetos PA e PE, ligados ao setor agropecuário, se territorializaram em 4 milhões de hectares, assentando 114.988 famílias, 60% do total, no governo Lula.

TABELA 11 – BRASIL – TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RA – GOVERNO SARNEY

GOVERNO	ASSENTAMENTOS	%	FAMÍLIAS	%	ÁREA	%
SARNEY	800	100	122.598	100	8.248.899	100
FLONA	4	0,5	1.200	1,0	2.016.600	24,4
PA	744	93,0	116.447	95,0	5.727.051	69,4
PAE	9	1,1	3.549	2,9	470.349	5,7
PE	43	5,4	1.402	1,1	34.899	0,4

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

TABELA 12 – BRASIL – TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RA – GOVERNO COLLOR E ITAMAR

GOVERNO	ASSENTAMENTOS	%	FAMÍLIAS	%	ÁREA	%
COLLOR E ITAMAR	461	100	61.825	100	4.485.953	100
PA	333	72,2	52.298	84,6	2.370.688	52,8
PAM	1	0,2	130	0,2	8.340	0,2
PCA	2	0,4	74	0,1	228	0,0
PDS	1	0,2	50	0,1	13.884	0,3
PE	118	25,6	4.127	6,7	102.662	2,3
PRB	2	0,4	41	0,1	2.203	0,0
RESEX	4	0,9	5.105	8,3	1.987.948	44,3

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

TABELA 13 – BRASIL – TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RA – GOVERNO FHC

GOVERNO	ASSENTAMENTOS	%	FAMÍLIAS	%	ÁREA	%
FHC	3.923	100	389.959	100	18.002.794	100
FLONA	2	0,1	380	0,1	575.686	3,2
PA	3.314	84,5	320.069	82,1	11.771.374	65,4
PAE	6	0,2	450	0,1	116.241	0,6
PAF	1	0,0	150	0,0	34.000	0,2
PAM	1	0,0	22	0,0	18	0,0
PAR	1	0,0	53	0,0	1.629	0,0
PC	1	0,0	89	0,0	590	0,0
PCA	77	2,0	3.808	1,0	17.728	0,1
PDS	3	0,1	710	0,2	35.123	0,2
PE	449	11,4	43.618	11,2	1.909.970	10,6
PFP	9	0,2	427	0,1	7.027	0,0
PRB	40	1,0	1.539	0,4	78.523	0,4
RDS	1	0,0	500	0,1	1.332.471	7,4
RESEX	18	0,5	18.144	4,7	2.122.414	11,8

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

TABELA 14 – BRASIL – TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RA – GOVERNO LULA

GOVERNO	ASSENTAMENTOS	%	FAMÍLIAS	%	ÁREA	%
LULA	1.879	100	192.257	100	17.092.624	100
FLONA	5	0,3	995	0,5	1.075.720	6,3
PA	1.212	64,5	95.549	49,7	3.474.666	20,3
PAC	10	0,5	4.221	2,2	310.791	1,8
PAD	4	0,2	1.010	0,5	41.723	0,2
PAE	159	8,5	39.851	20,7	1.150.068	6,7
PAF	1	0,1	50	0,0	15.170	0,1
PAM	1	0,1	10	0,0	20	0,0
PCA	9	0,5	449	0,2	1.763	0,0
PDS	51	2,7	16.942	8,8	1.804.013	10,6
PE	276	14,7	19.439	10,1	829.642	4,9
PFP	125	6,7	4.151	2,2	146.647	0,9
PRB	12	0,6	302	0,2	13.498	0,1
RDS	5	0,3	1.500	0,8	4.341.236	25,4
RESEX	9	0,5	7.788	4,1	3.887.667	22,7

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

Nas tabelas 15 e 16, apresentamos os dados referentes aos tipos de assentamentos RAM, no segundo governo FHC e primeiro governo Lula. No governo FHC, foram implantados cinco tipos de assentamento RAM. Dentre eles o destaque fica pelos assentados PCT que apesar de representarem apenas 22,4% dos assentamentos, o número de famílias assentadas foi de 14.073 famílias, ou 48% do total no governo FHC. Os assentados no PCT adquiriram ainda 365.803 hectares de terras ou em dados relativos 56,9% do total.

No governo Lula foi implantado o Programa Nossa Primeira Terra – NPT, vinculado ao CAF- Programa de Consolidação da Agricultura Familiar e ao CPR - Programa de Combate a Pobreza Rural. Sendo assim, no governo Lula, o número de assentamentos RAM, saltou de cinco tipos para sete. Os grandes destaques do governo Lula, ficam por conta, da territorialização do CPR, responsável pelo assentamento de 65,9% das famílias em 76,2% da área e do CAF, responsável por 23,3% das famílias assentadas em 14,3% da área. Nas análises realizadas no NERA, verificamos que o CPR, está mais territorializado na região Nordeste, já que o público alvo do programa são famílias de agricultores com baixo poder aquisitivo. Já o CAF, encontra-se mais territorializado na região Sul do país, onde as famílias possuem um poder aquisitivo maior e uma identidade maior com a agricultura familiar.

TABELA 15 – BRASIL – TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RAM – GOVERNO FHC

GOVERNO	ASSENTAMENTOS	%	FAMÍLIAS	%	ÁREA	%
FHC	3.431	100	29.096	100	642.839	100
BT	2.486	72,5	10.989	38	174.603	27,2
CAF	1	0,0	1	0	5	0,0
CF	27	0,8	596	2	13.864	2,2
CPR	148	4,3	3.437	12	88.564	13,8
PCT	769	22,4	14.073	48	365.803	56,9

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

TABELA16 – BRASIL – A TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RAM– GOVERNO LULA

GOVERNO	ASSENTAMENTOS	%	FAMÍLIAS	%	ÁREA	%
LULA	11.572	100	40.810	100	709.916	100
BT	205	1,8	1.179	2,9	22.061	3,1
CAF	8.166	70,6	9.513	23,3	101.381	14,3
CF	47	0,4	936	2,3	19.801	2,8
CPR	1.433	12,4	26.890	65,9	540.972	76,2
NPT/CAF	1.695	14,6	1.927	4,7	18.872	2,7
NPT/CPR	20	0,2	224	0,5	3.786	0,5
PCT	6	0,1	141	0,3	3.043	0,4

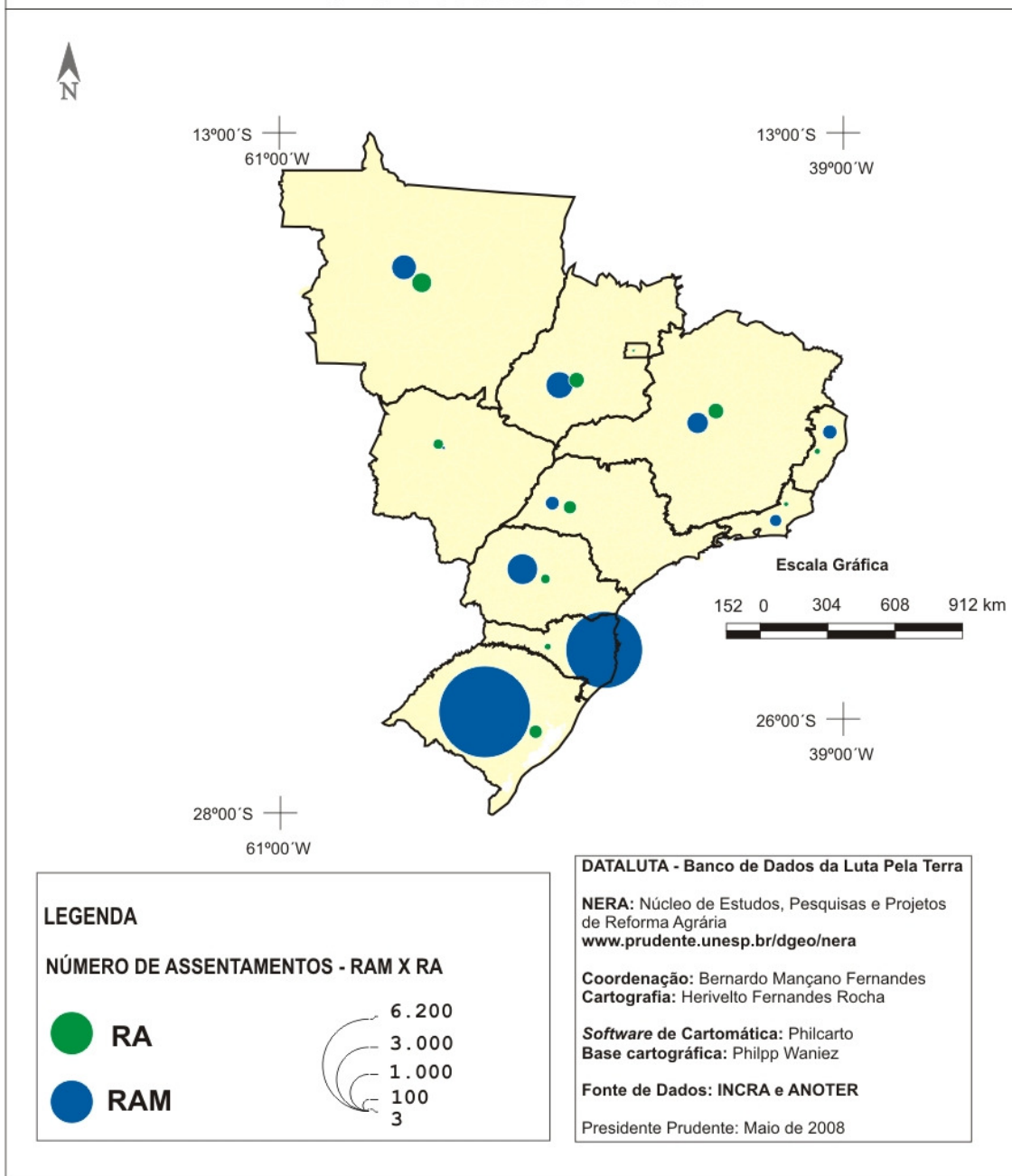
Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

7. Reforma Agrária X Reforma Agrária de Mercado: territorialização destas duas políticas de reforma agrária na região Centro-Sul.

Nesta capítulo, apresentamos a territorialização dos modelos de Reforma Agrária aplicados no Brasil (RAM e RA). No mapa 1, analisamos a territorialização do número de assentamentos implantados na região Centro-Sul. Fica evidenciada a discrepância entre o número de assentamentos RAM e RA. Isto se deve a lógica de implantação do modelo de Reforma Agrária de Mercado, que é predominantemente individual.

O modelo de reforma agrária de mercado em nada se assemelha a uma reforma agrária redistributiva, pois trata-se tão somente de uma política de financiamento a transações imobiliárias entre agentes privados intermediada pelo Estado, acrescida de uma parcela variável de subsídio destinada a investimentos socioprodutivos complementares (PEREIRA,2005).

**MAPA 1 - Centro-Sul - Geografia dos Assentamentos Rurais - RAM
1999-2006
Número de assentamentos**



No mapa 2, referente ao número de famílias assentadas na região Centro-Sul, podemos observar, realmente, a territorialidade destes dois modelos de Reforma agrária, pois o número de famílias assentadas demonstra a eficácia de cada modelo aplicado. O número de famílias em assentamentos RA é maior, na maior parte dos estados do Centro-Sul, com exceção dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do

Sul. Todavia, a média de famílias por assentamento (ver tabela 17), nestes estados, é maior nos assentamentos RA do que nos assentamentos RAM 32 famílias contra 1, em Santa Catarina, e 37 contra 1, no Rio Grande do Sul, ou seja, nos assentamentos RAM cada família assentada corresponde por um assentamento criado. Na região Centro-Sul, a média de famílias por assentamento RAM é de 2 famílias por assentamento contra 80 famílias nos assentamentos RA.

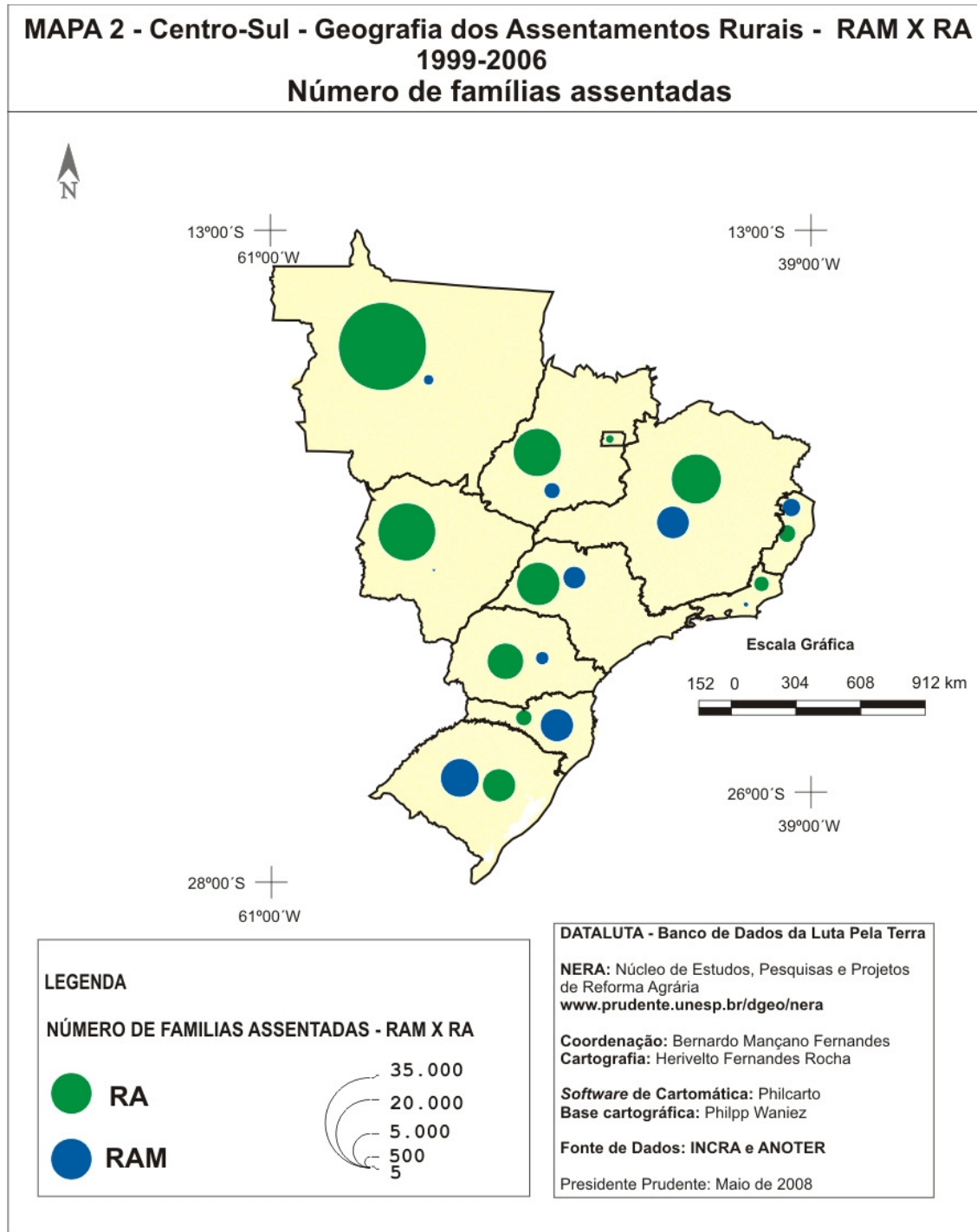


TABELA 17 – CENTRO-SUL – MÉDIA DE FAMÍLIAS POR ASSENTAMENTO – 1999-2006

REGIÃO	Reforma Agrária - RA			Reforma Agrária de Mercado - RAM		
	Assentamentos	Famílias	Média	Assentamentos	Famílias	Média
CO	548	58.530	107	743	1.355	2
DF	3	306	102	0	0	0
GO	177	10.067	57	285	880	3
MS	79	14.535	184	7	7	1
MT	289	33.622	116	451	468	1
S	234	11.712	50	10.776	11.638	1
PR	68	5.789	85	686	757	1
RS	131	4.803	37	5.774	6.127	1
SC	35	1.120	32	4.316	4.754	1
SE	358	21.451	60	678	5.567	8
ES	27	1.346	50	151	1.480	10
MG	182	10.886	60	277	3.739	13
RJ	19	1.038	55	108	115	1
SP	130	8.181	63	142	233	2
TOTAL	1.140	91.693	80	12.197	18.560	2

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

Outro destaque em relação à territorialização destes dois modelos de reforma agrária, na região Centro-Sul, é a média de hectares por família (ver tabela 18). Enquanto nos assentamentos RAM a média é de 11 hectares, nos assentamentos RA a média é de 40 hectares por família assentada. No mapa 3, podemos observar que, apenas, em Santa Catarina, a área dos assentamentos RAM é maior do que a área dos assentamentos RA, no entanto a média de hectares por família nos dois modelos é a mesma 14 (ha.)

Esta soma de fatores demonstra a importância da implantação de assentamentos RA e a relevância da atuação dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra. Pois a reforma agrária que assenta mais famílias e distribui mais terras é a reforma agrária pública e não a privada.

**MAPA 3 - Centro-Sul - Geografia dos Assentamentos Rurais - RAM X RA
1999-2006
Área dos Assentamentos em hectares**

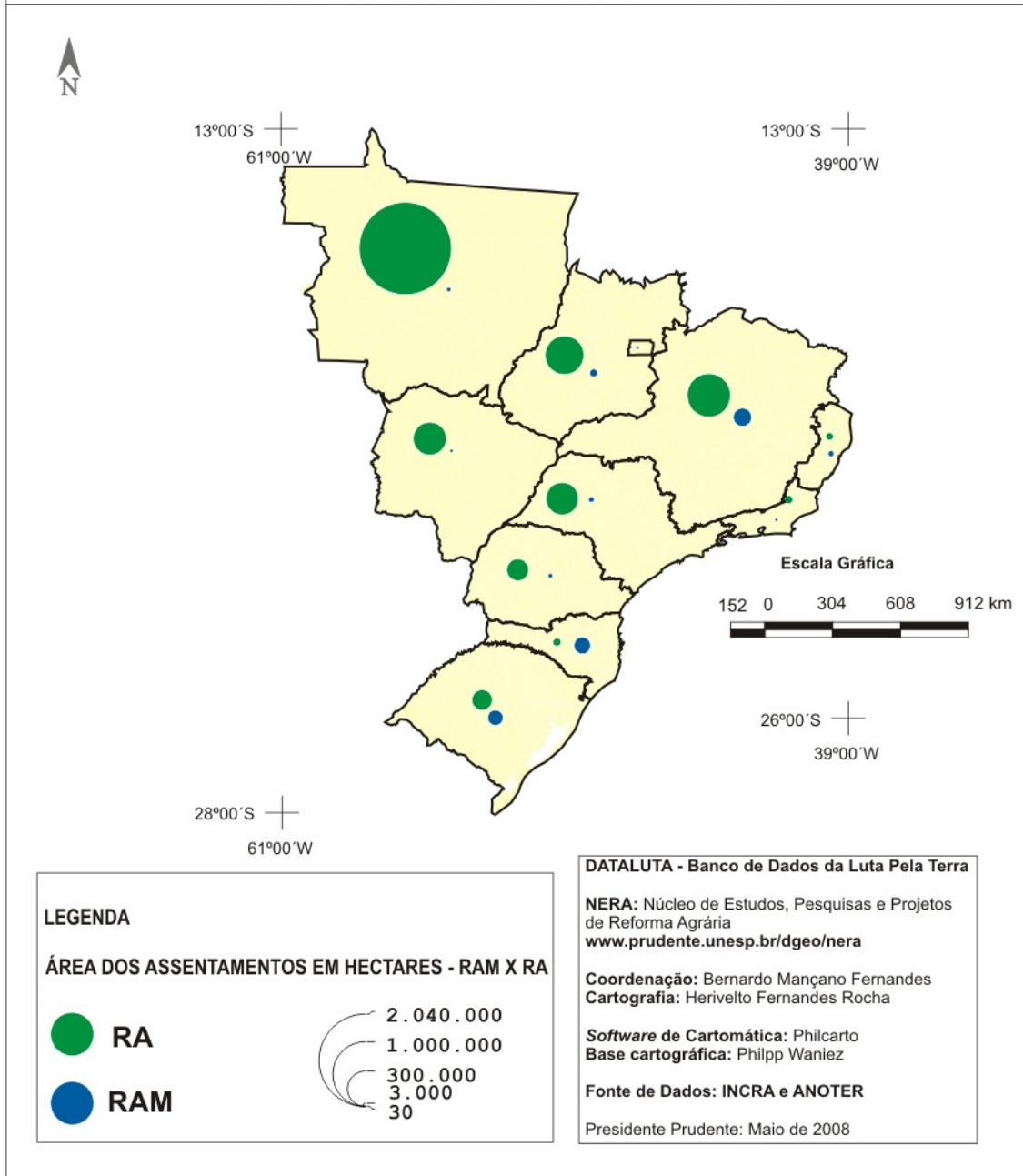


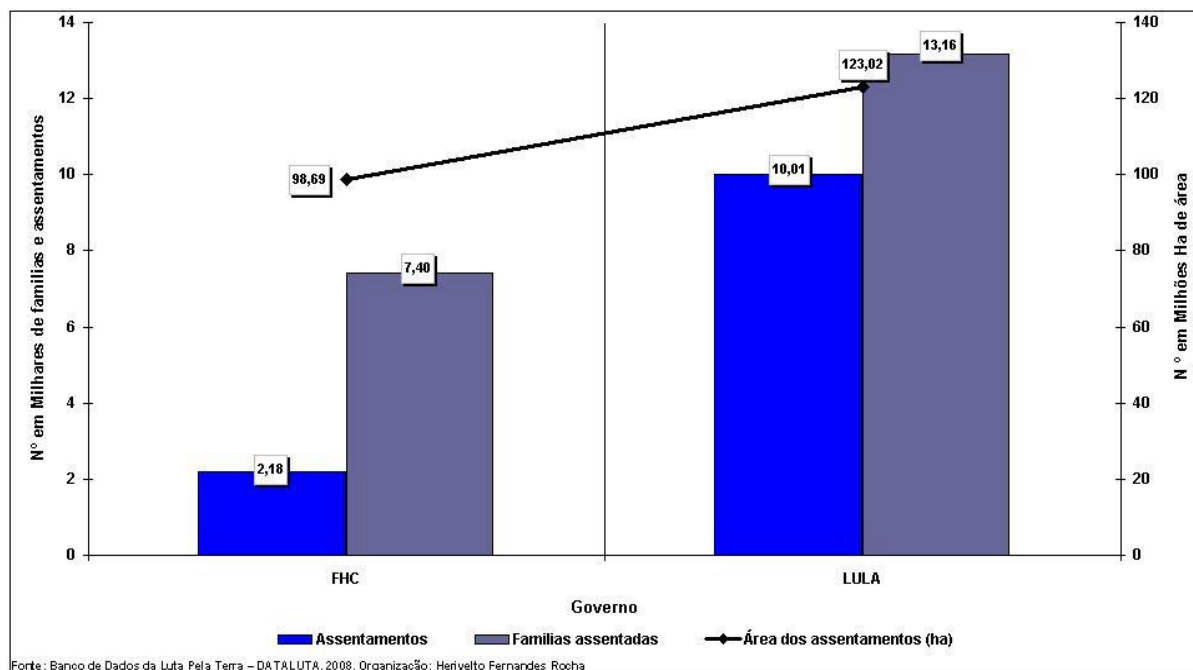
TABELA 18 – CENTRO-SUL – MÉDIA DE ÁREA POR FAMÍLIAS ASSENTADAS – 1999-2006

REGIÃO	Reforma Agrária - RA			Reforma Agrária de Mercado - RAM		
	Famílias	Área	Média	Famílias	Área	Média
CO	58.530	2.658.693	45	1.355	18.064	13
DF	306	2.719	9	0	0	0
GO	10.067	358.089	36	880	13.164	15
MS	14.535	260.738	18	7	29	4
MT	33.622	2.037.147	61	468	4.871	10
S	11.712	231.240	20	11.638	126.285	11
PR	5.789	115.155	20	757	5.315	7
RS	4.803	99.927	21	6.127	53.559	9
SC	1.120	16.158	14	4.754	67.411	14
SE	21.451	733.736	34	7.567	77.355	10
ES	1.346	13.807	10	1.480	8.805	6
MG	10.886	451.041	41	3.739	58.811	16
RJ	1.038	17.727	17	115	1.873	16
SP	8.181	251.161	31	2.233	7.866	4
TOTAL	91.693	3.623.669	40	20.560	221.704	11

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

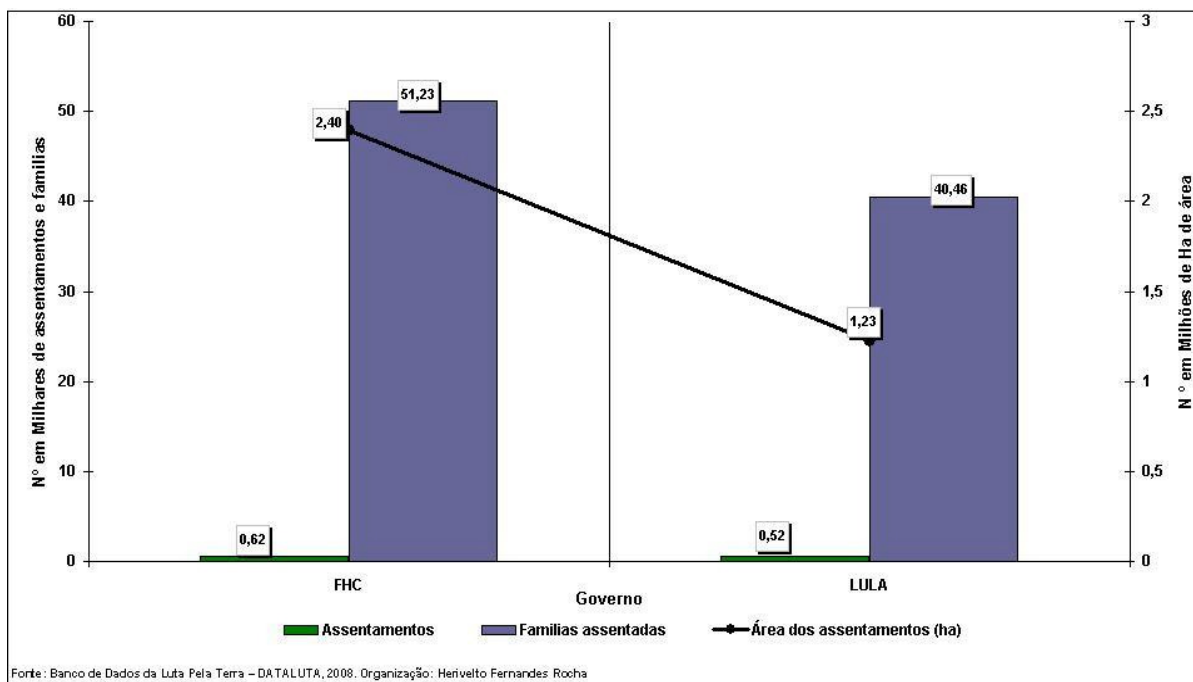
No gráfico 2, apresentamos os dados sobre assentamentos RAM implantados durante o segundo governo FHC e o primeiro governo Lula, na região Centro-Sul. Enquanto no governo FHC foram implantados 2.181 assentamentos RAM, no governo Lula foram 10.007. No que se refere ao número de famílias assentadas, no governo FHC foram 7.404 contra 13.156 famílias no governo Lula. No governo FHC a área adquirida pelos assentamentos RAM foi de 98.689 hectares, no governo Lula este índice foi de 123.015 hectares. No geral, o que percebemos é que a modelo de Reforma Agrária de Mercado, iniciado no segundo governo FHC se territorializou de forma mais intensa durante o primeiro governo Lula, que deu continuidade a este modelo mercantilista de acesso a terra.

GRÁFICO 2 – CENTRO-SUL – REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NOS GOVERNOS - FHC (1999-2002) E LULA (2003-2006)



No gráfico 3, estão representados os dados referentes a territorialização dos assentamentos RA no segundo governo FHC e primeiro governo Lula, na região Centro-Sul. O número de assentamentos implantados no governo FHC foi de 624 contra 516 no governo Lula. O número de famílias assentadas foi de 51.234 famílias contra 40.459, respectivamente. O índice de terras destinadas à agrária, também, foi maior no governo FHC, foram 2.396.759 hectares contra 1.226.910 no governo Lula. Este quadro reflete a predominância das políticas de implantação de assentamentos nos dois governos. O governo FHC foi mais eficaz na implantação de assentamentos RA. Todavia vale ressaltar que no governo Lula, foi priorizada a implantação de assentamentos agroflorestais, em áreas florestadas, na região Norte. No governo FHC, a opção que predominou foi desapropriação de terras, em áreas de maior conflitualidade, entre o agronegócio e o campesinato, nas regiões Nordeste e Centro-Sul.

GRÁFICO 3 – CENTRO-SUL – REFORMA AGRÁRIA NOS GOVERNOS - FHC (1999-2002) E LULA (2003-2006)



8. Distribuição e localização dos tipos de assentamentos de Reforma Agrária de Mercado – RAM na região Centro-Sul.

A descrição referente à espacialização e territorialização dos projetos de assentamentos RAM, da região Centro-Sul, está organizada em duas partes. Na primeira parte descreveremos a totalidade dos projetos de assentamentos da região, através da leitura da tabela 19 e do mapa 4. Na segunda parte será abordada, a espacialização e territorialização dos sete tipos de assentamentos RAM da região Centro-Sul, através da apresentação dos mapas 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11.

A região Centro-Oeste possui 743 assentamentos RAM distribuídos em 38 municípios. O Estado do Mato Grosso se destaca com 451 assentamentos territorializados em apenas 2 municípios. No entanto, o maior índice de famílias assentadas, do Centro-Oeste, pertence ao Estado de Goiás, com 880 famílias assentadas em 13.164 hectares. A região Sudeste possui 678 assentamentos e 5.567 famílias assentadas distribuídas em 230 municípios. O destaque é o Estado de Minas Gerais com 277 assentamentos e 3.379 famílias que ocupam uma área de 58.811 hectares. Na região Sul, os 10.776 assentamentos RAM, estão territorializados em 657 municípios, com destaque para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que juntos contabilizam 10.090 assentamentos e 10.881 famílias

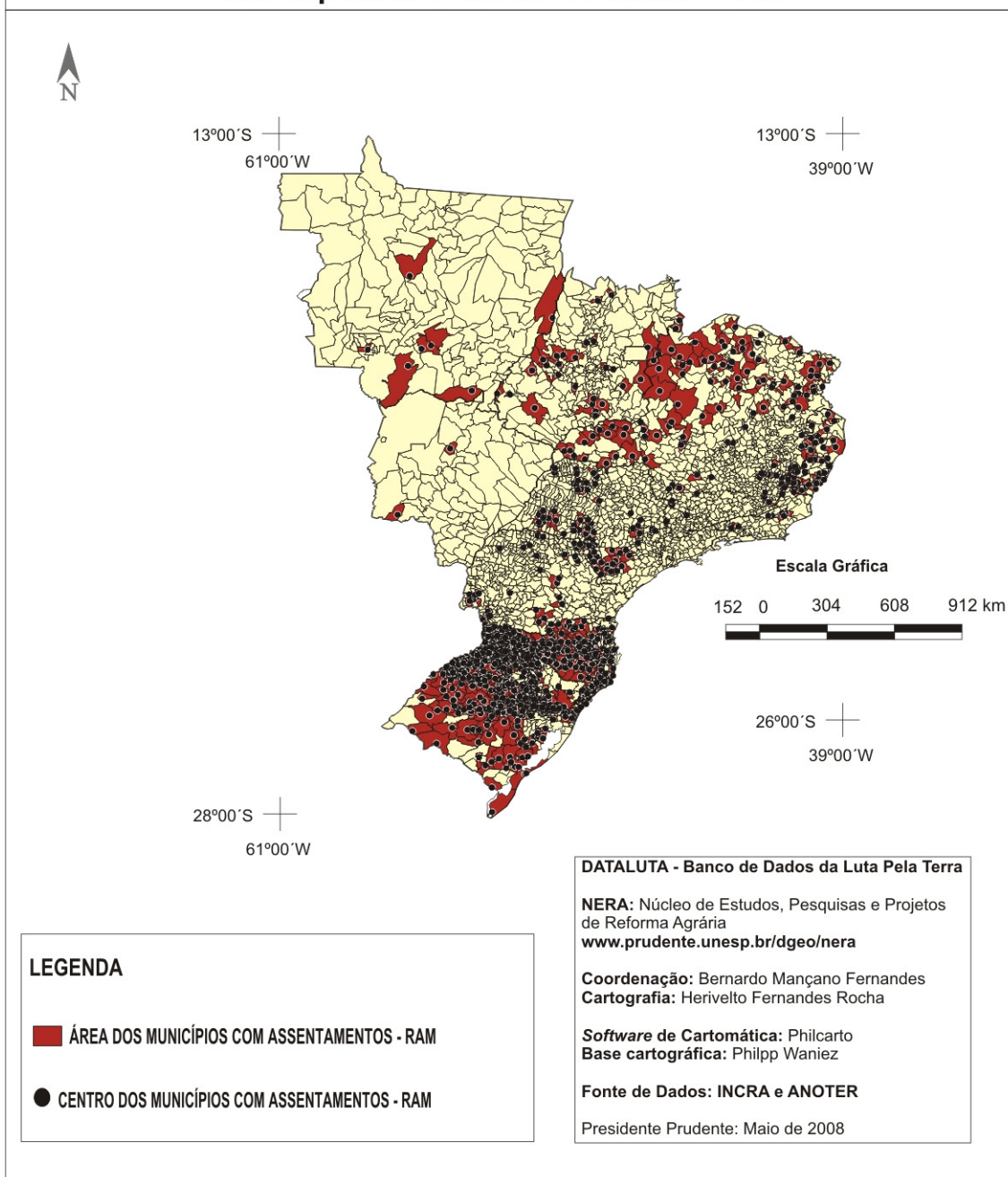
assentadas. A região Sul corresponde por 88% dos assentamentos adquiridos e 63% das famílias assentadas em 57% da área total dos assentamentos de Reforma Agrária de Mercado, na região Centro-Sul.

TABELA 19 – CENTRO-SUL - TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS - RAM
1999- 2006

Região	Municípios	%	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
CENTRO-OESTE	38	4	743	6	1.355	7	18.064	8
DF	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	29	3	285	2	880	5	13.164	6
MS	7	1	7	0	7	0	29	0
MT	2	0	451	4	468	3	4.871	2
SUDESTE	230	25	678	6	5.567	30	77.355	35
ES	37	4	151	1	1.480	8	8.805	4
MG	116	13	277	2	3.739	20	58.811	27
RJ	10	1	108	1	115	1	1.873	1
SP	67	7	142	1	233	1	7.866	4
SUL	657	71	10.776	88	11.638	63	126.285	57
PR	33	4	686	6	757	4	5.315	2
RS	374	40	5.774	47	6.127	33	53.559	24
SC	250	27	4.316	35	4.754	26	67.411	30
TOTAL	925	100	12.197	100	18.560	100	221.704	100

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

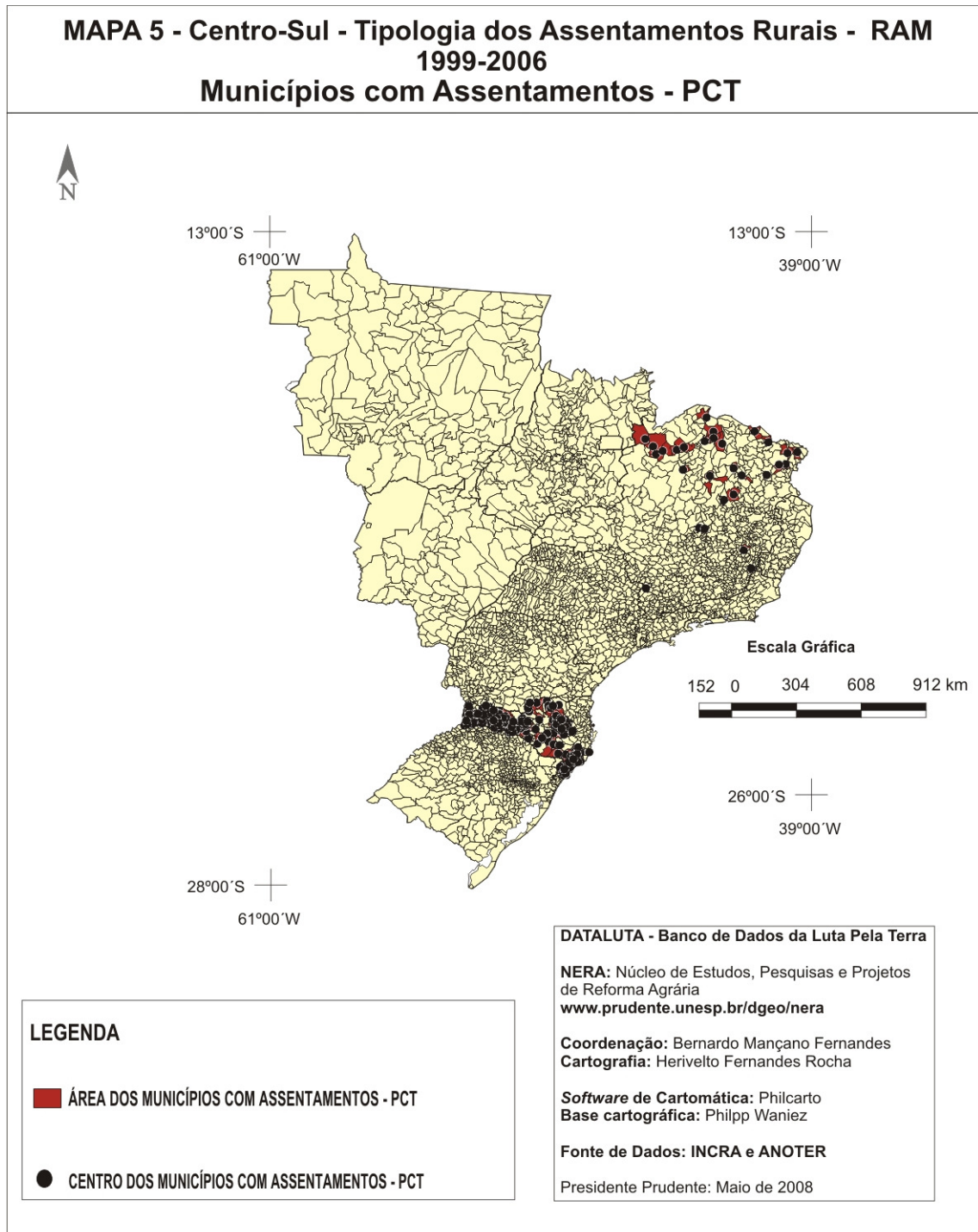
**MAPA 4 - Centro-Sul - Geografia dos Assentamentos Rurais - RAM
1999-2006
Municípios com Assentamentos - RAM**



8.1 Distribuição e localização dos tipos de assentamentos RAM na região Centro-Sul

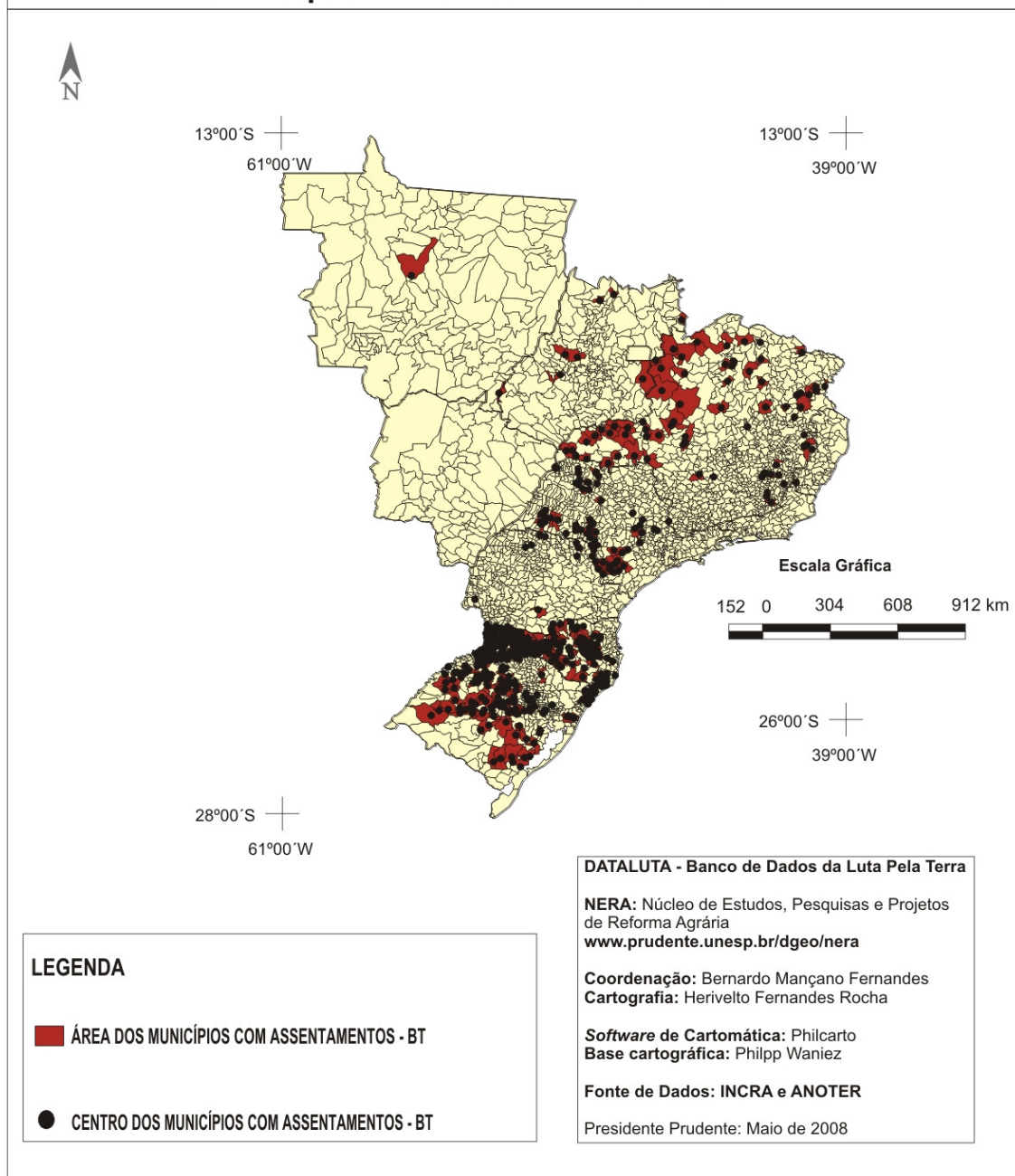
Nesta parte apresentamos a distribuição e a localização dos tipos de assentamentos RAM na região Centro-Sul. No mapa 5, temos a localização dos assentamentos do tipo PCT. Esse tipo de financiamento foi criado pela União com

participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação. Como podemos observar no mapa os Estados que possuem esse tipo de assentamento são Minas Gerais e Santa Catarina.



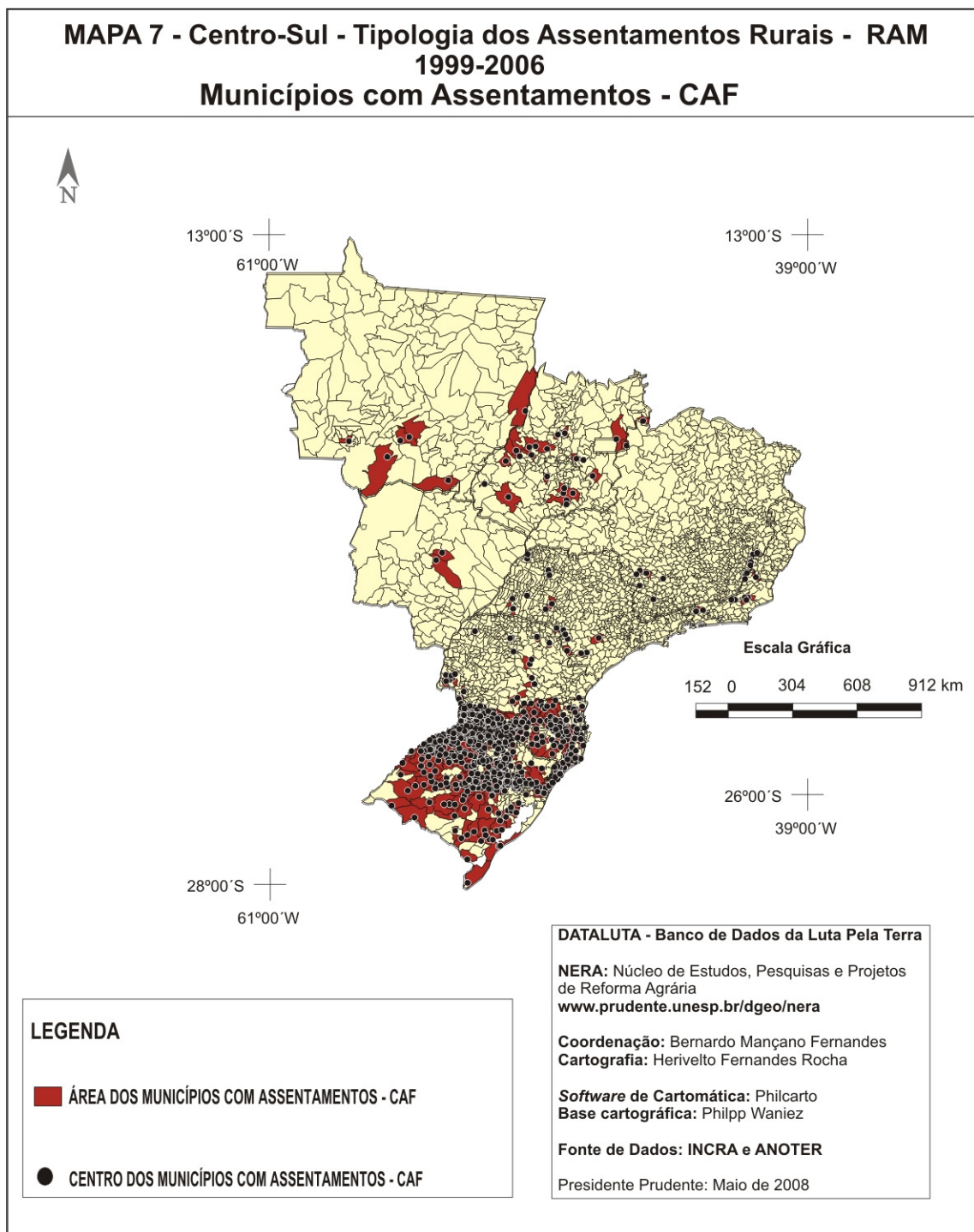
No mapa 6, temos a localização dos assentamentos do tipo. Esse tipo de assentamento é implantado com o apoio do Governo Federal, por entidades públicas estaduais e municipais e por cooperativas e associações de pequenos. O financiamento das terras se dá por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Na região Centro-Sul este tipo de assentamento RAM, esta, localizado e distribuído, nos Estados do Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

**MAPA 6 - Centro-Sul - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RAM
1999-2006
Municípios com Assentamentos - BT**



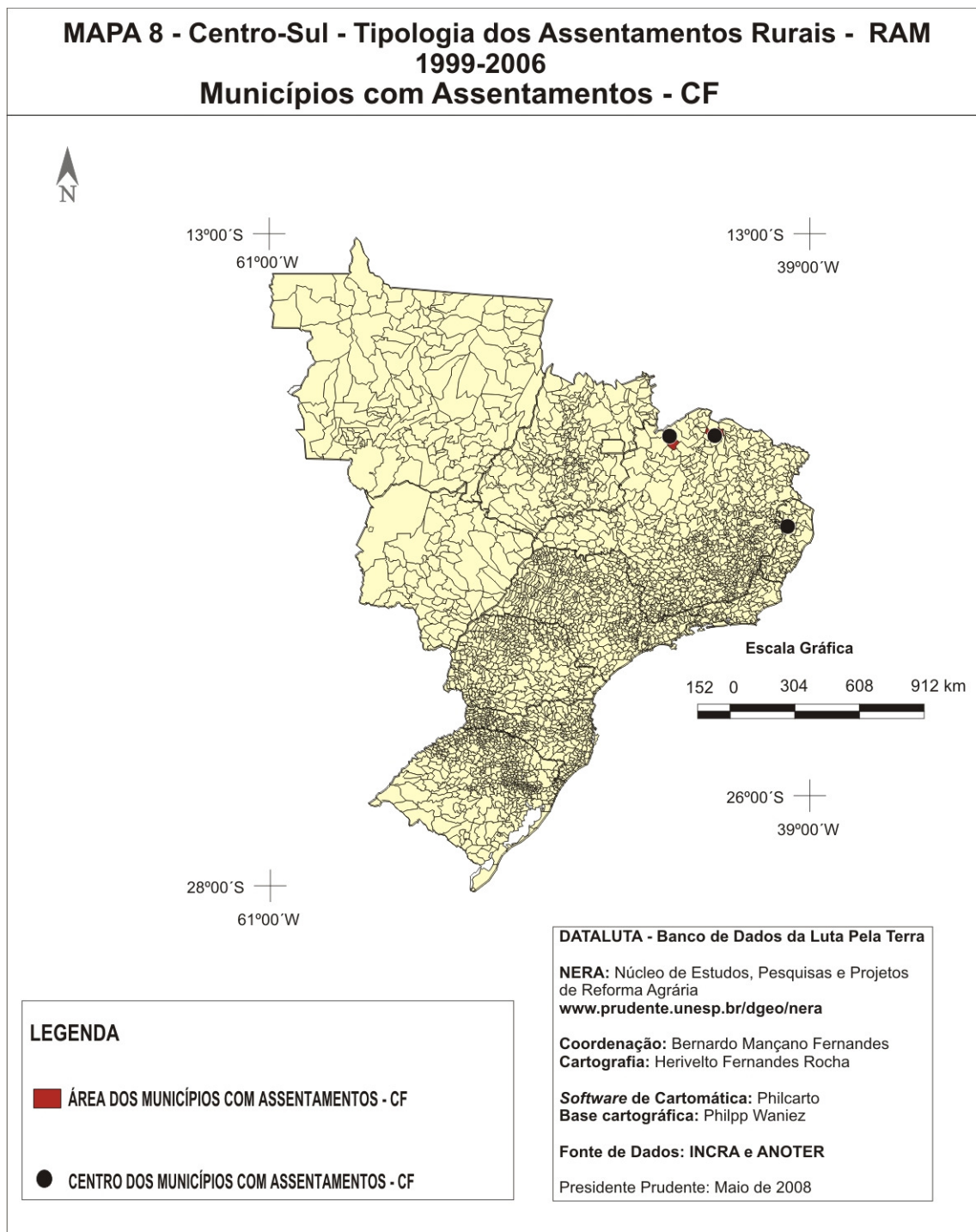
No mapa 7, temos a localização dos assentamentos do tipo CAF. Esse tipo de financiamento tem por finalidade a aquisição de imóveis rurais, com as benfeitorias já existentes e o investimento em infra-estrutura básica e produtiva, ou seja, visando fortalecer a agricultura familiar. Através do mapa percebemos que os Estados que possuem maior número de assentamentos desse tipo são Santa Catarina e Rio

Grande do Sul. Nos outros Estados, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, a territorialização é menos intensa.



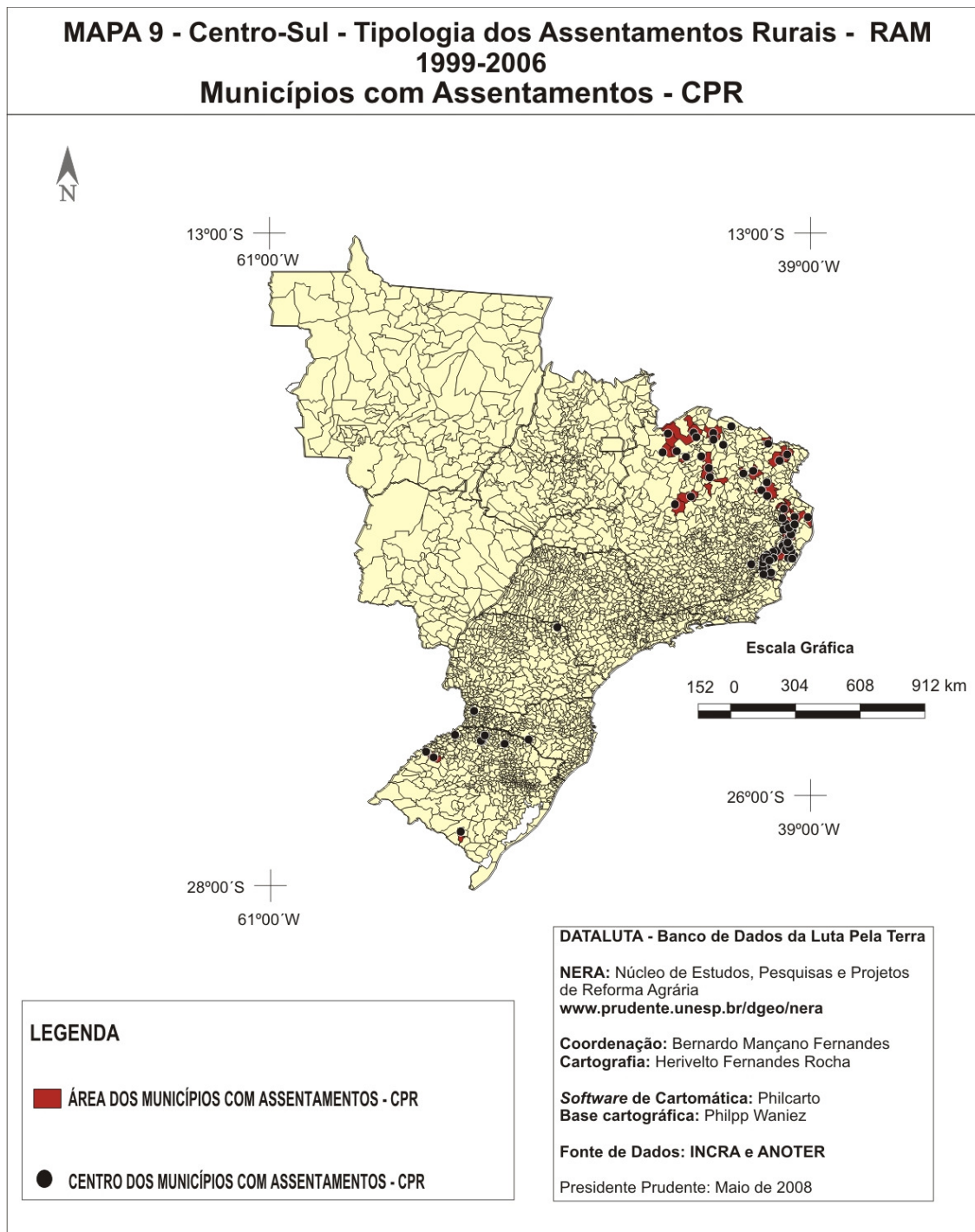
No mapa 8, temos representada a localização dos assentamentos RAM do tipo CF. Este tipo de assentamento está localizado em municípios da região Sudeste, nos

Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O CF é pouco territorializado na região Centro-Sul.



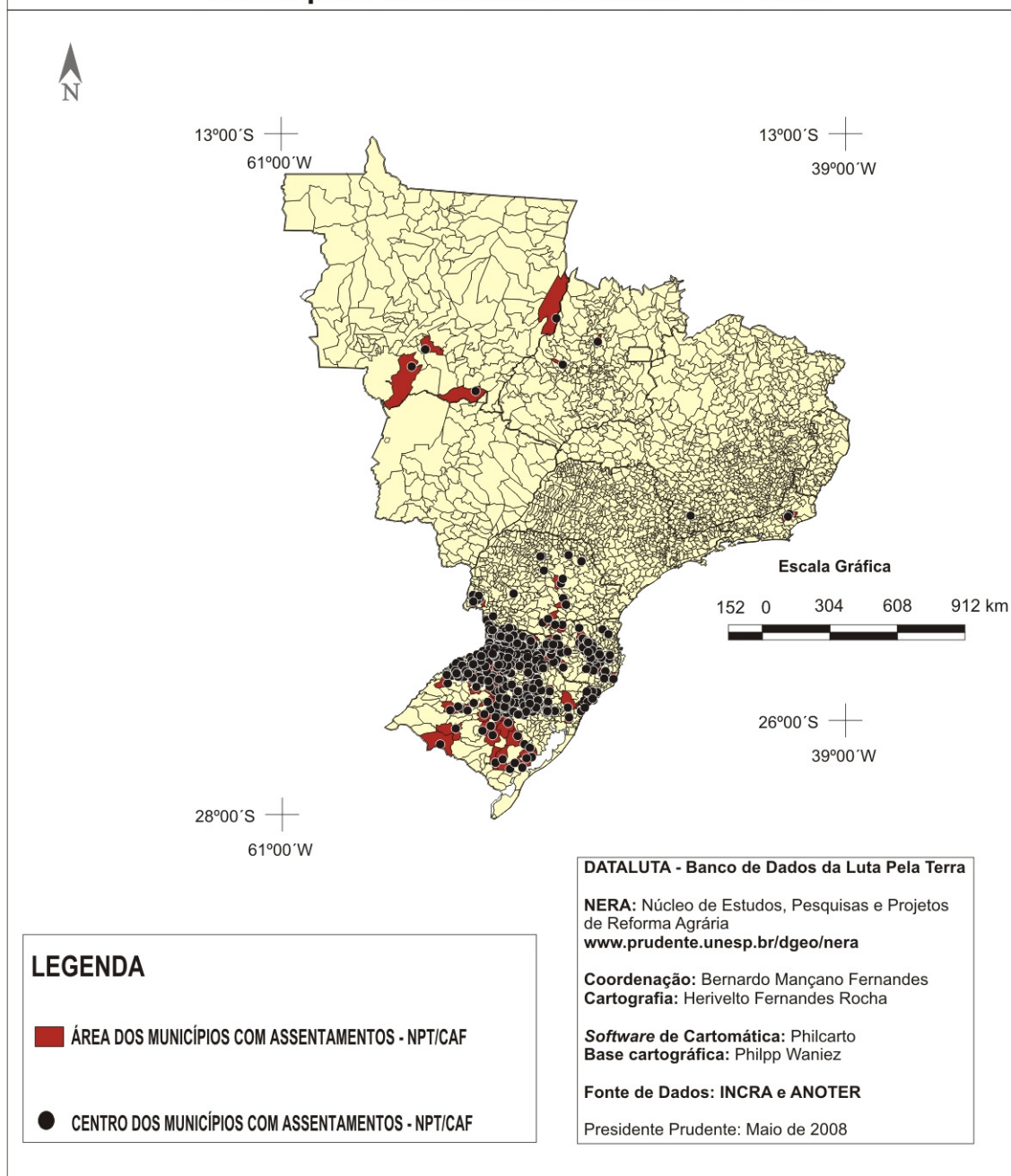
No mapa 9, temos a localização dos assentamentos RAM do tipo CPR. Esse tipo de assentamento é financiado com o objetivo de atender trabalhadores rurais sem

terra, pequenos produtores rurais com acesso precário a terra e proprietários de minifúndios: imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar. Como podemos observar esses assentamentos estão territorializados nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e, em menor intensidade, nos Estados da região Sul, com destaque no Rio Grande do Sul.



No mapa 10, temos a localização dos assentamentos RAM do tipo NPT/CAF. Esse tipo de projeto visa atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, o programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil. Esse tipo de assentamento é financiado pela linha de crédito de Consolidação da Agricultura Familiar – CAF. Como podemos observar por meio do mapa esses assentamentos altamente territorializados nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Os outros estados que possuem este tipo de assentamento RAM, são: Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e uma territorialização maior no Paraná.

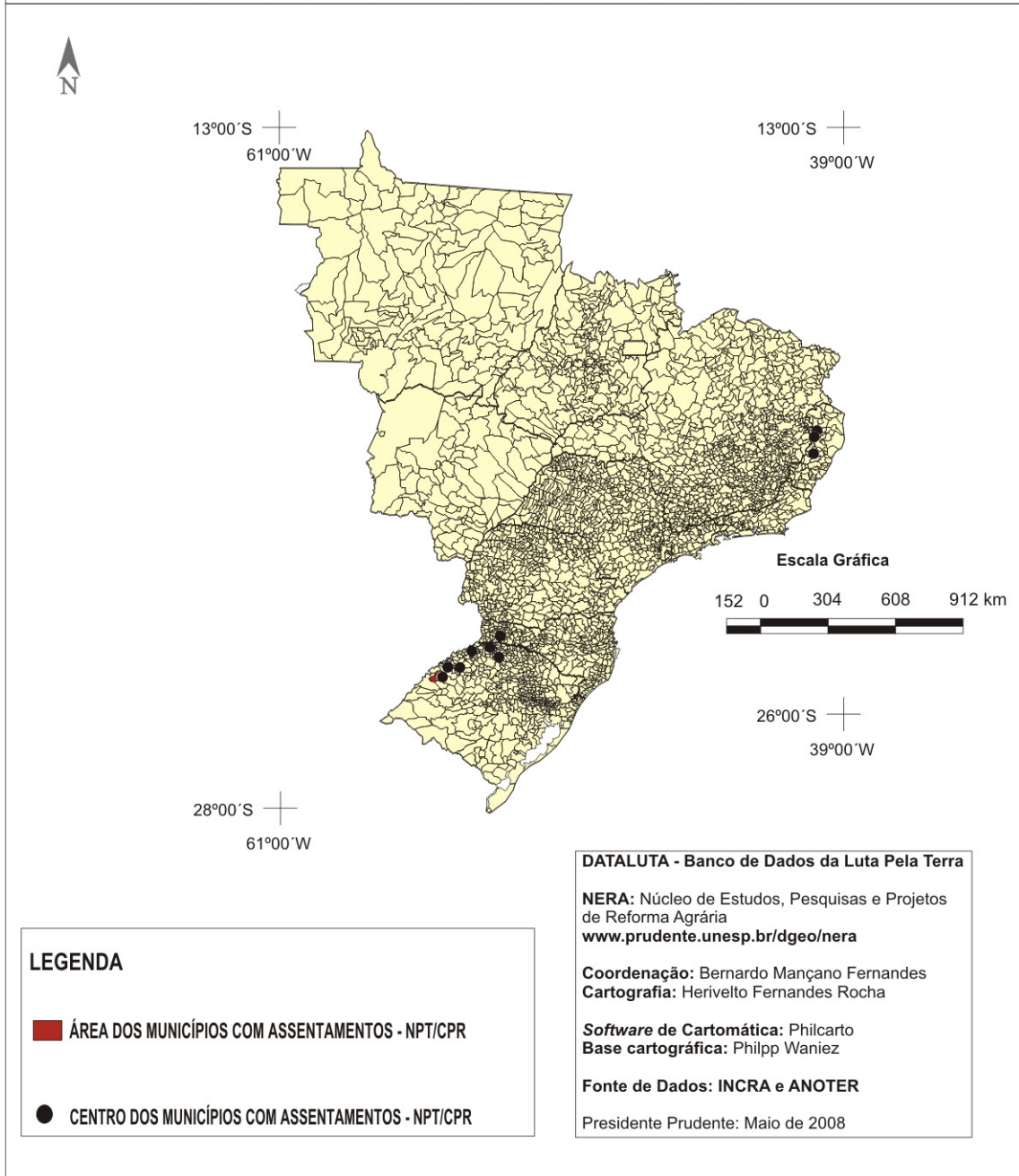
**MAPA 10 - Centro-Sul - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RAM
1999-2006
Municípios com Assentamentos - NPT/CAF**



No mapa 11, temos a localização dos assentamentos RAM do tipo NPT/CPR. Esse tipo de projeto visa atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, o programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a

concentração fundiária no Brasil. Esse tipo de assentamento é financiado pela linha de crédito de Combate a Pobreza Rural. Como podemos observar, por meio do mapa, a territorialização do NPT/CPR é baixa na região. Os Estados que possuem este tipo de assentamento RAM são: Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A baixa territorialidade do NPT/CPR não se contrasta com a intensa territorialidade do NPT/CAF na região Centro-Sul, apesar de ambos os projetos, serem destinados aos jovens do meio rural. A explicação para essa discrepância, está vinculada a constituição da população rural do Centro-Sul, que tem como base a agricultura familiar, principalmente nos estados da região Sul. O NPT/CPR predomina na região Nordeste (COCA, 2008), onde o público, a qual o programa se destina, são os jovens provenientes de famílias com baixíssimo poder aquisitivo. Ou seja, a territorialização deste modelo mercantil de acesso a terra está, intrinsecamente, ligado ao poder aquisitivo da população rural.

**MAPA 11 - Centro-Sul - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RAM
1999-2006
Municípios com Assentamentos - NPT/CPR**



9. Detalhamentos dos progressos realizados

A elaboração deste relatório intensificou os estudos e as discussões acerca dos tipos de assentamentos rurais da região Centro-Sul, que nos ajudaram a compreender sua territorialização. Durante nossa pesquisa foram necessários vários momentos de diálogos com o professor orientador e com o grupo de pesquisa, com o intuito de identificar e solucionar os problemas referente a construção da tipologia de assentamentos rurais. Podemos destacar os debates relacionados a metodologia DATALUTA, categoria assentamentos, nos quais dialogamos com o professor orientador na tentativa de adequar nosso banco de dados ao que realmente tem sido feito pelos governos brasileiros em relação a implantação dos assentamentos rurais no Brasil.

Através do levantamento bibliográfico e documental aprofundamos nossa leitura a respeito da questão agrária e dos modelos de Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado. Outro avanço significativo foram os estudos a respeito dos software's de cartomática Philcarto e Coreldraw, que nos possibilitou qualificar a representação cartográfica a respeito da espacialização, territorialização e distribuição dos modelos de reforma agrária da região Centro-Sul. Dentre as propostas que apresentamos para a renovação do projeto, é sistematização dos dados referente a forma de obtenção do território dos assentamentos de RA da região Centro-Sul, com o intuito de diferenciar as áreas que foram desapropriadas, objeto de regularização fundiária, doação, as áreas confiscadas e etc., na tentativa de relacionar as formas de obtenção com o tipo de assentamento.

Destacamos, novamente, o ineditismo dos estudos sobre a tipologia de assentamentos rurais, pois não conhecemos nenhuma pesquisa dedicada a estudar a espacialização dos 18 tipos de assentamentos de Reforma Agrária – RA e os 7 tipos de assentamentos de Reforma Agrária de Mercado – RAM. Vale ressaltar que o ineditismo mencionado se refere às pesquisas desenvolvidas no NERA tanto para a região Centro-Sul quanto para as regiões Norte e Nordeste.

10. Plano de trabalho e cronograma para a etapa seguinte

1. Ampliar a pesquisa bibliográfica e documental a respeito da tipologia de assentamentos e sobre as formas de obtenção dos territórios dos assentamentos. As análises são parciais e necessitam dessa pesquisa para que possamos concluir a leitura sobre as diferenças entre tipos, modos, formas e modalidades de projetos fundiários.
2. Outro ponto que pretendemos incorporar à pesquisa é a divisão dos tipos de assentamento RA de acordo com as formas de uso dos seus territórios. A priori eles seriam divididos em assentamentos agropecuários e assentamentos agroflorestais. Além desses dois novos itens pretendemos fazer a atualização dos dados apresentados no presente relatório, já que os mesmos se referem a uma escala temporal que vai até o ano de 2006.
3. Aprofundar os estudos e debate a respeito da metodologia DATALUTA, categoria assentamentos, para que possamos apresentar resultados em nossa pesquisa com maior rigor próximo do que realmente está sendo feitos pelos governos brasileiros a respeito da reforma agrária.
4. Aprofundar o debate teórico a respeito da atualidade da reforma agrária, procurando contribuir com a sua reconceitualização.
5. Levantamento permanente dos dados dos tipos de assentamentos no DATALUTA atualizando para 2008.
6. Aprofundar as análises das diferentes formas de origens dos assentamentos, considerando as seguintes condições: desapropriação, doação, reconhecimento, regularização fundiária entre outros. Adjudicação, Arrecadação, Cessão, Compra, Confisco, Desapropriação, Discriminação, Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão e Transferência. Nesta atividade, vamos confrontar as fontes dos governos estaduais e federal para conferir os anos de criação dos assentamentos.
7. Ainda necessitamos aprofundar a pesquisa a respeito da territorialidade dos tipos de assentamentos, assim, como, informações sobre legislações, composição e particularidades de cada tipo de assentamento. Para tal, pretendemos realizar trabalhos de campo em alguns assentamentos do Estado de São Paulo, com intuito de alcançar uma maior completude de informações referente a tipologia e a territorialização dos assentamentos da região Centro-Sul.

8. Exportação dos dados para o programa Philcarto para elaboração de mapas da distribuição espacial dos assentamentos para serem utilizados na leitura e debate a respeito da diversidade da reforma agrária.
9. Organizar novos cruzamentos das categorias assentamento, ocupações, movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária.
10. Elaborar tabelas e gráficos para compor os textos sobre a tipologia dos assentamentos.
11. Participar de reuniões de orientação com o professor orientador.
12. Participar de colóquios do NERA.
13. Publicar os resultados em revistas especializadas.
14. Apresentar os resultados em eventos científicos.
15. Elaborar relatório parcial.
16. Elaborar relatório final.

Cronograma de execução do plano de atividades para a próxima etapa

ATIVIDADES	TRIM. 1	TRIM. 2	TRIM. 3	TRIM. 4
1	X	X	X	X
2			X	X
3	X	X	X	X
4	X	X	X	X
5	X	X	X	X
6	X	X		
7		X	X	
8		X		X
9		X	X	X
10		X		X
11	X	X	X	X
12	X	X	X	X
13		X		X
14			X	X
15	X	X		
16			X	X

11. Atividades relacionadas à pesquisa

11.1 Reuniões e Colóquios.

Reunião NERA

Data: 21 de Setembro de 2007

Horário: 17:00 às 19:00 h.

Pauta:

- Programa DATALUTA
- Agenda de Trabalho
- Programação dos trabalhos a serem apresentados SINGA - Simpósio Nacional de Geografia Agrária e CIC – Congresso de Iniciação Científica da Unesp.

Reunião NERA

DATA: 08 de outubro de 2007

Horário: 16:00h às 18:00h

Pauta:

- Exposição dos trabalhos a serem apresentados no SINGA

Reunião e colóquio NERA

DATA: 14 de Novembro de 2007

Horário: 17:00 às 19:00

Pauta:

- Relatório DATALUTA
- Livro DATALUTA a ser publicado em 2008.
- Programa DATALUTA
- DATALUTA jornal
- Discussão a respeito da tese: A luta pela terra entre o campo e a cidade:
As Comunas da Terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios Yamila Goldfarb. Segundo a leitura do grupo, com essa dissertação fica nítida que a questão agrária não é um tema restrito a região do Pontal do Paranapanema e sim que permeia a metrópole e as cidades grandes. O PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) são assentamentos localizados em áreas protegidas ambientalmente, e que não fazem parte da lógica da propriedade privada, que possui lotes individuais. Com certeza essa nova

forma de assentamento amplia o debate sobre a questão agrária para outros rumos.

Reunião NERA

DATA: 12 de dezembro de 2007

Horário: 16:00 às 18:00

Pauta:

- Diálogo com professor Bernardo sobre sua visita a Cuba e a China. No qual foi relatado pelo professor, sua compreensão do momento político cubano e chinês, comparando as duas formas de governos e suas perspectivas de crescimento e desenvolvimento ante a globalização e ao sistema capitalista.

Reunião NERA

DATA: 21 de janeiro de 2008

Horário: 8:00 às 12:00

Pauta:

- Discursão da agenda e compromissos do grupo para o ano de 2008. Além das perspectivas dos orientados em relação aos projetos de pesquisa em desenvolvimento e a participação nos eventos científicos de 2008.

Reunião NERA

DATA: 23 de janeiro de 2008

Horário: 8:00 às 12:00

Pauta:

- Nesta reunião discutimos a estrutura funcional do NERA. E discutimos a importância e as responsabilidades de cada membro do grupo e a relevância de cada projeto na estrutura do núcleo.

Colóquio NERA

DATA: 26 de fevereiro de 2008

Horário: 14:00 às 17: 45

Pauta:

- Neste colóquio discutimos os procedimentos metodológicos do DATALUTA Jornal. Foi-se decidido que novos temas passariam a fazer

parte do acervo, haja vista que o conceito de reforma agrária tem passado por mudanças nos últimos anos. O professor e historiador Clifford Andrew Welch apresentou algumas técnicas para melhor aproveitamento do acervo.

Reunião NERA

DATA: 01 de abril de 2008

Horário: 14:00 às 18:00

Pauta:

- Boletim informativo sobre o DATALUTA.
- Conferência dos dados sobre assentamentos rurais do DATALUTA.
- Página do NERA na internet.
- Cadastro dos movimentos socioterritoriais.
- Confrontação dos dados sobre ocupações do DATALUTA.
- Reunião com o LAGEA - Laboratório de Geografia Agrária, da Universidade Federal de Uberlândia.
- Elaboração dos artigos a serem publicados no livro sobre o DATALUTA.
- Atividades do DATALUTA Jornal.
- Participação no ENG - Encontro Nacional de Geógrafos, que acontecerá no mês de julho em São Paulo.
- Participação no LASA - Latin American Studies Association, que acontecerá no ano de 2009, na cidade do Rio de Janeiro.
- Elaboração dos relatórios de iniciação científica do grupo.
- Novos projetos.
- Estágio internacional.

Colóquio DATALUTA

DATA: 16 de abril de 2008

Horário: 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00

Pauta:

- Neste colóquio, participaram os integrantes do NERA e do LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária da Universidade Federal de Uberlândia. O LAGEA é um dos grupos de pesquisa científica que faz parte da Rede DATALUTA.

- Livro DATALUTA
- Programa DATALUTA
- Comunicação Coordenada - ENG/2008
- Cooperação Internacional
- Cooperação Institucional
- Metodologia DATALUTA
- Relatório DATALUTA – ISSN

Colóquio NERA

DATA: 07 de maio de 2008

Horário: 14:00 às 18:00

Pauta:

- Debate sobre o livro “A teoria dos movimentos sociais” de Maria da Glória Gohn.
- Debate sobre a atualidade da reforma agrária brasileira.
- Discussão sobre a relação entre ocupações de terras e a implantação de assentamentos rurais.
- Boletim DATALUTA
- Procedimentos metodológicos do DATALUTA Jornal.

11.2 Participação em eventos.

- III Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária – “Jornada Orlando Valverde” – Campesinato em Movimento – 10 a 14 de outubro de 2007;
- Trabalho de campo: Produção Camponesa na Micro bacia do Ribeirão Jacutinga – 10 a 14 de outubro de 2007;
- Congresso de Iniciação Científica da Unesp e participação da oficina: “METODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS”.

11.3 Trabalhos apresentados em eventos.

ROCHA, Herivelto F. **Análise da implantação de assentamentos rurais no Brasil entre 1985-2006**. In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E IV SIMPOSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, “Jornada Orlando Valverde – Campesinato em Movimento”. Londrina, 2007.

ROCHA, Herivelto F. **Análise das ocupações de terras e da implantação de assentamentos rurais no Brasil entre 1985-2006**. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP – CIC, XIX, 2007, Araraquara.

COCA, Estevan L. de F. **DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra**. In: CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP. – IV, 2007, Águas de Lindóia.

11.4 Premiações.

Evento: IV Congresso de Extensão Universitária da UNESP, em Águas de Lindóia – SP.

Prêmio: O trabalho “**DATALUTA** – Banco de Dados da Luta pela Terra” foi premiado com o primeiro lugar nos trabalhos em forma de pôster.

11.5 Publicação de resumos

COCA, Estevan L. de F. **DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra**. In: Ciência em extensão. São Paulo 2007.

11.6 Leituras realizadas

ALENTEJANO, Paulo R. R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRJ.

ALVES, Mário. Dois caminhos da reforma agrária. In: MARIGHELA, Carlos. **A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta**. Brasil Debates. São Paulo, 1980.

ANDRADE, Manoel C. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. Duas Cidades. São Paulo, 1980.

BERGAMASCO, Sonia M. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. Terceira Margem. São Paulo, 2003.

BRASIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Estatuto da terra**. Brasília, 1964.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 5 de novembro 1995: 5-31. Disponível em: <http://www.ufrj.br/cpda/esa_resumos/cinco/regina5.htm>. Acesso em: 15/03/2007

FERNANDES, Bernardo M. Que Reforma Agrária? In: **A questão agrária na virada do século**. Vol. II – Mesas Redondas. XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 1998.

FERNANDES, Bernardo M; STEDILE, João Pedro. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo M. O MST no contexto da formação do campesinato no Brasil. In: STROZAKE, Juvelino José. **A questão agrária e a justiça social**. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. **Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo LULA**. IN: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O Campo No Século XXI**. Casa Amarela e Paz e Terra. São Paulo, 2004.

FERNANDES, Bernardo M. Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica a publicação e a qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. In: **BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Assentamentos em debate**. NEAD. Brasília, 2005. p. 113-132.

FERNANDES, Bernardo M. **O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. In: Encuentro de Geógrafos da América Latina, 6., 2007, Bogotá. Geopolítica, globalización y cambio ambiental retos en el desarrollo latinoamericano. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007. v.1.

GRAZIANO, Francisco. **Qual a Reforma Agrária?** Vozes. Rio de Janeiro, 1996.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Geografia da riqueza e da fome**. IN: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O Campo No Século XXI**. Casa Amarela e Paz e Terra. São Paulo, 2004. p 207-254.

JORGE, Jerson W, et al. Programa de crédito especial para a reforma agrária – PROCERA: Uma análise inicial. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Anais. Natal/RN, 1997. IN: **Análise da questão agrária brasileira, movimentos socioterritoriais e Amazônia**.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil**. Revista NERA. Presidente Prudente, 2006.

MARTINS, José de S. **A Reforma Agrária nos limites da Democracia**. Hucitec. São Paulo, 1986.

MAURO, Gilmar. **O significado da reforma agrária para os movimentos sociais**. IN: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O Campo No Século XXI**. Casa Amarela e Paz e Terra. São Paulo, 2004. p. 353-364.

MAZZETO, Carlos E. **O significado da reforma agrária para os movimentos sociais**. IN: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros

(Org.). **O Campo No Século XXI**. Casa Amarela e Paz e Terra. São Paulo, 2004. p. 335-352.

MEDEIROS, Leonilde S. **A formação dos assentamentos no Brasil**. Da Universidade. Porto Alegre, 1999.

MEDEIROS, Leonilde S. **Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões**. Rio de Janeiro, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Agrocombustíveis e produção de alimentos**. Folha de São Paulo. São Paulo. 04/03/2008.
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1704200809.htm>. Acesso em: maio de 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A “NÃO REFORMA AGRÁRIA” DO MDA/INCRA NO GOVERNO LULA**. In: CIRADR-FAO - Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural -, Porto Alegre-RS entre 7 e 10/03/2006.

RAMOS FILHO, Eraldo da S. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Revista NERA, ano 8 – nº6. Presidente Prudente, 2005.

RANIERI, S.B.L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. Páginas e Letras. São Paulo, 2003.

RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria L. **Violência no campo**. Rev. Reforma Agrária, vol. 32, nº 1, ago/dez 2005, p. 45-48.

RODRIGUES, Carmem L. **Desafios em torno da participação de populações tradicionais na conservação da mata atlântica**. IN: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de;

MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O Campo No Século XXI**. Casa Amarela e Paz e Terra. São Paulo, 2004. p 181-202.

SAMPAIO, Plínio de A. **A reforma agrária que nós esperávamos do governo LULA**. IN: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O Campo No Século XXI**. Casa Amarela e Paz e Terra. São Paulo, 2004. p 335-352.

SCOLESE, Eduardo. **A reforma agrária**. Publifolha. São Paulo, 2005.

SILVA, José G. **A reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, 1971.

STEDILLE, João P; GORGEN, Frei Sérgio A. **Assentamentos, a resposta econômica da reforma agrária** Vozes. Rio de Janeiro, 1991.

STEDILLE, João P; GORGEN, Frei Sérgio A. **A luta pela terra no Brasil**. Página Aberta. São Paulo, 1993.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. Editora da Universidade. Porto Alegre, 1994.

STEDILE, João P (Org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Vozes. Rio de Janeiro, 1997.

VEIGA, José Eli da. **A Reforma que Virou Suco**. Vozes. Rio de Janeiro, 1990.

VALENTE, Rubens. **Lula engorda a Reforma Agrária**. Folha de São Paulo, 01/04/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha.shtml>. Acesso em: 01/04/2007.

WOORTMANN, Ellen F. **Significados da terra**. UNB. Brasília, 2004.

Considerações Finais

Dentro de nossa proposta de através da tipologia dos assentamentos rurais compreendermos a diversidade da reforma agrária brasileira, chegamos ao fim do relatório. Nos estudos referente a região Centro-Sul, percebemos uma predominância dos assentamentos voltados para o setor agropecuário, tanto nos assentamentos RA, demonstrada pela intensa territorialização dos tipos PA e PE, quanto nos assentamentos RAM, onde as linhas de créditos destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar, CAF e NPT/CAF, estão mais territorializados. Todavia, na região Centro-Sul, percebemos a preocupação com uma nova “reforma agrária”, baseado no desenvolvimento sustentável e na busca de outras alternativas de produção, como, por exemplo, a territorialização dos PDS’s no Estado de São Paulo e a constituição das Comunas da Terra. Analisamos também o processo de conflitualidade entre o campesinato e o agronegócio e os resultados deste permanente conflito, através das análises dos governos brasileiros. No Centro-Sul, a implantação de assentamentos se deu nas áreas de conflitualidade entre o campesinato e o agronegócio na disputa pelas terras agricultáveis da região.

A reforma agrária atual, tem novas demandas a serem suplantadas, se faz necessário um projeto que vise à soberania e segurança alimentar, baseado no desenvolvimento sustentável e na interação homem-natureza. E que o discurso, principalmente, por parte dos governos se aplique na realidade. Nossa metodologia, referente à categoria assentamentos, nos permitiu analisar e verificar o que realmente foi feito por cada governo brasileiro em relação à implantação de assentamentos. Para a próxima etapa pretendemos atualizar todos os dados dos assentamentos RA e RAM, para o ano de 2008, com o intuito de observar se as tendências políticas analisadas, até o momento, se mantêm ou se há mudanças. Com os dados atualizados, pesquisaremos as diferentes formas de origens dos assentamentos, considerando as seguintes condições: adjudicação, arrecadação, cessão, compra, confisco, desapropriação, discriminação, doação, incorporação, reconhecimento, reversão e transferência, relacionando as formas de obtenção com a tipologia dos assentamentos. A necessidade de estudar as origens dos assentamentos se justifica pela nova realidade construída com as políticas de reforma agrária dos governos, que lança dados de assentamentos criados, que tem como origem governos anteriores, na tentativa aumentar o que foi efetivamente realizado pela reforma agrária. Nesta nova etapa analisaremos os assentamentos da região Centro-Sul, relacionando com a

implantação de assentamentos em todo o país. Realizaremos também o agrupamento dos tipos de assentamentos RA, a priori, em agropecuários e agroflorestais para que possamos identificar a tendência da reforma agrária brasileira neste início de século XXI. Este agrupamento nos permitirá ainda compararmos a espacialização dos assentamentos RAM com os grupos de assentamentos RA.

Bibliografia

CASSEL, Guilherme. **A atualidade da Reforma Agrária**. Folha de São Paulo. São Paulo. 04/03/2007. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0403200709.htm>. Acesso em: maio de 2008.

CARVALHO, Horácio M. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da Reforma Agrária**. In: Revista ADUSP nº34. Curitiba, 2005.

COCA, Estevan L. de F. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil**: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira - estudo dos assentamentos das regiões norte e nordeste. Relatório Final. FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2008.

DELGADO, G. **Lula abandonou a reforma agrária**. Agência Brasil de Fato. 18/04/2008. <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/lula-abandonou-a-reforma-agraria-diz-pesquisador/?searchterm=Guilherme%20Delgado>. Acesso em: maio de 2008.

FABRINI, João E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra do Centro – Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Presidente Prudente, 2002. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo M. **CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO CAMPESINATO BRASILEIRO FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA MST (1979-1999)**. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo M. **A Formação do MST no Brasil**. Vozes. Petrópolis, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. (coord.) **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. 2006**. NERA. Presidente Prudente, 2007.

FERNANDES, Bernardo M. **Entrando no território** In: Revista Brasileira de Reforma Agrária. São Paulo: ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2008.

FOLHA ONLINE. **Invasores de terra diminuem com avanço do Bolsa Família**. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u342444.shtml>. Acesso em: maio de 2008.

GARCIA, A. **Sociologia de la Reforma Agrária em América Latina**. Amorroutu. Buenos Aires, 1973.

GOLDFARB, Y. **A luta pela terra entre o campo e a cidade**: As Comunas da Terra, sua gestação, principais atores e desafios. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2007.

LEAL, Gleison M. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio – SP**. Presidente Prudente, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

MARTINS, José de S. **Reforma Agrária: O impossível diálogo**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. MDA. Brasília, 2003. http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf, acesso em maio de 2008.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Governo Federal assenta 381 mil famílias em 4 anos**. MDA. Brasília, 2007. <http://www.incra.gov.br/htmls/impressao.php?ctuid=5560>, acesso em maio de 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Crise dos alimentos ou do neoliberalismo**. MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2008. <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=5430>. Acesso em: maio de 2008.

PEREIRA, João M. M. **A disputa política no Brasil em torno da implantação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial**. Instituto de Estudos Avançados da USP- Universidade de São Paulo, 2005. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200024, acesso em maio de 2008.

RAMALHO, Cristiane B. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos no município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema/SP**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/dgeo/nera/teses/CRISTIANE.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2007.

ROSSET, Peter M. **Mirando hacia el futuro: La Reforma Agraria y la Soberanía Alimentaria**. In: **La cuestión agraria: de los ilustrados a la globalización**. Revista Internacional de Ciencias Sociales. Nº 26 / 2007.

SILVA, Rusvênia L. B. R. **Sobre o camponês do sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás – GO**. Presidente Prudente, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

SILVA, Anderson A. **RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais: Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/dgeo/nera/teses/ANDERSON.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2007